



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

**RELATÓRIO E PARECER FINAL DA COMISSÃO
DE ECONOMIA SOBRE A PROPOSTA DE PLANO
REGIONAL E ORÇAMENTO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2007**

PONTA DELGADA, 13 DE NOVEMBRO DE 2006



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 13 Novembro de 2006, na delegação de Ponta Delgada, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com o objectivo de dar parecer final sobre as Propostas de Plano e Orçamento para 2007.

As Propostas deram entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 31 de Outubro de 2006, tendo sido enviadas às diversas Comissões Especializadas, para relato e emissão de parecer sectorial, até 8 de Novembro de 2006, a ser remetido à Comissão Permanente de Economia, de modo a que esta dê cumprimento ao disposto no n.º 4, do artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim, cumpre referir resumidamente as áreas sobre as quais as Comissões Especializadas da Assembleia emitiram parecer, bem como a votação em cada uma delas.

A Comissão Permanente de Política Geral emitiu parecer sobre os documentos em análise, apreciando os seguintes programas e respectiva cobertura orçamental:

- Programa 18 – Habitação
- Programa 19 – Protecção Civil



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

- Programa 22 – Equipamentos Públicos, Sistemas de Informação e Formação
- Programa 23 – Construção e Reabilitação de Estradas Regionais e de Edifícios Públicos
- Programa 27 – Administração Regional e Local
- Programa 30 – Cooperação Externa

A Comissão Permanente de Política Geral deliberou dar parecer favorável, às Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2007, com o voto favorável do Partido Socialista e com a abstenção do Partido Social Democrata, que reserva a sua posição final para Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais emitiu parecer sobre os documentos apresentados, analisando os seguintes programas e financiamento:

- Programa 1 – Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo
- Programa 2 – Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica
- Programa 3 – Juventude, Trabalho e Qualificação Profissional
- Programa 4 – Património e Actividades Culturais
- Programa 5 – Desenvolvimento Desportivo
- Programa 16 – Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

- Programa 17 – Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais aprovou por maioria as Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2007, com o voto favorável dos Deputados do Partido Socialista e com a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata, que reservaram a sua posição final para Plenário.

A Comissão de Economia emitiu parecer sobre os documentos em análise, tendo apreciado os seguintes programas e sua cobertura orçamental:

Programa 7 - Fomento Agrícola

Programa 8 – Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários

Programa 9 - Diversificação Agrícola

Programa 10 - Desenvolvimento Florestal

Programa 11 – Modernização das Infra-Estruturas da Actividade da Pesca

Programa 12 – Desenvolvimento do Turismo

Programa 13 – Desenvolvimento Industrial

Programa 14 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação

Programa 15 – Promoção do Investimento e da Coesão

Programa 24 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos

Programa 25 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos

Programa 26 – Consolidação e Modernização do Sector Energético

Programa 28 – Planeamento e Finanças



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

A Comissão Permanente de Economia deu parecer favorável, por maioria, às Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2007, nas áreas de competência da Comissão, com os votos a favor dos Deputados do PS e a abstenção dos Deputados do PSD que reservaram a sua posição final para o Plenário.

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho analisou as áreas que são da sua competência, e sua cobertura financeira:

- Programa 3 – Juventude, Emprego e Qualificação Profissional (Trabalho e Formação Profissional)
- Programa 6 – Apoio aos Média
- Programa 21 – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou por maioria, com os votos a favor do PS e abstenção do PSD, emitir parecer favorável à aprovação das Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2006 nas áreas de competência da Comissão.

Anexam-se a este documento os relatórios e pareceres das Comissões Permanentes da Assembleia, bem como os pareceres recebidos na Assembleia emitidos pelas seguintes entidades:

- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

- Câmara do Comércio e Indústria dos Açores;
- Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens;
- Universidade dos Açores;
- Personalidades de reconhecido mérito nas áreas de competência do Conselho Regional de Concertação Estratégica;
- Conselho de Ilha da Graciosa;
- Conselho de Ilha de S. Jorge;
- Conselho de Ilha das Flores;
- Conselho de Ilha do Corvo;
- Câmara Municipal da Calheta.

CAPÍTULO I

APRECIÇÃO E PARECER SOBRE O PLANO REGIONAL PARA 2007

1. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Proposta em análise tem enquadramento jurídico na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa que confere à Região Autónoma dos Açores o poder de aprovar o Plano e Orçamento Regional e de acordo com as alíneas b) e c) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o Plano Regional, discriminado por programas de investimento, e o Orçamento Regional discriminado por despesas e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

receitas, incluindo os dos fundos autónomos regionais e os programas de investimento de cada Secretaria Regional.

2. CONCLUSÃO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE PLANO REGIONAL PARA 2007

O investimento público previsto para o ano de 2007 ascende a 619,8 milhões de euros, dos quais 377,5 milhões são da responsabilidade directa dos departamentos governamentais, sendo a parcela restante financiada por outros fundos regionais, nacionais e comunitários.

Na programação deste Plano Anual incluem-se, não só acções promovidas directamente pelos departamentos da administração regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respectivas tutelas governamentais, promovem projectos de investimentos estratégicos, no quadro da política de desenvolvimento em curso.

Na dotação financeira para os Grandes Objectivos de Desenvolvimento do Plano de 2007, verifica-se que o objectivo “Incrementar o ordenamento territorial e a eficiência das redes estruturantes” é o vector com dotação mais significativa, apresentando um peso de 34,9% do Plano, seguida do objectivo “aumentar a produtividade e a competitividade da economia”, com 32,3%. Em terceiro lugar, aparece o objectivo “qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento” (20,5%), seguida do objectivo “reforçar a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

coesão social e a igualdade de oportunidades” (10,6%). Em quinto lugar, surge o objectivo “afirmar os sistemas autonómico e da gestão pública” (1,7%).

Para o objectivo “Qualificar os Recursos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento” estão previstos 6 programas, cujo conteúdo é o seguinte: desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema de ensino; desenvolvimento da actividade científica e tecnológica; juventude, trabalho e qualificação profissional; património e actividades culturais; desenvolvimento desportivo; apoio aos media. Para estes Programas o Plano de 2007 prevê um investimento público de 127.075.932 euros, sendo 73.050.932 do Plano e 54.025.000 de Outros Fundos.

No objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia” foram definidos 9 Programas com o seguinte conteúdo: fomento agrícola; apoio à transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários; diversificação agrícola; desenvolvimento florestal; modernização das Infra-estruturas e de actividade da pesca; desenvolvimento do turismo; desenvolvimento industrial; desenvolvimento do comércio e exportação; promoção do investimento e da coesão. Estes programas têm uma dotação prevista no Plano de 2007 de 200.173.158 euros de investimento público total, sendo 130.581.594 do Plano e 69.591.564 de Outros Fundos.

Relativamente ao objectivo “Reforçar a Coesão e a Igualdade de Oportunidades” prevê-se 4 Programas que têm por base o seguinte: desenvolvimento das infra-estruturas e do sistema de saúde; desenvolvimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

do sistema de solidariedade social; habitação; protecção civil. Para estes Programas está previsto um investimento público no montante 65.770.097 euros, sendo 55.898.775 do Plano e 9.871.322 de Outros Fundos.

No que toca ao objectivo “Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes” prevê-se a implementação de 6 Programas que dizem respeito ao ordenamento do território e qualidade ambiental, aos equipamentos públicos, sistemas de informação e formação, à construção e reabilitação de estradas regionais e de edifícios públicos, à consolidação e modernização dos transportes marítimos, ao desenvolvimento dos transportes aéreos e à consolidação e modernização do sector energético. Para estes Programas estima-se um investimento público de 216.162.010 euros, dos quais 107.300.482 serão do Plano e 108.861.528 de Outros Fundos.

O último objectivo “Afirmar os Sistemas Autónomico e da Gestão Pública” conta com 3 Programas a saber: administração regional e local; planeamento e finanças; cooperação externa. O investimento público previsto para estes programas é de 10.647.431 euros, cujas verbas provêm integralmente do Plano.

Em termos de adequabilidade dos programas face às grandes linhas de orientação definida pelo IX Governo Regional podemos constatar que existe coerência e constituem-se como parâmetros de sustentabilidade da política económico-social do novo ciclo que se iniciou em 2005.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

O investimento previsto para o Plano de 2007 foi apresentado no âmbito de um quadro realista, que permitirá à Região e a todos os agentes económicos nela envolvidos, públicos e privados, assegurar um futuro que se deseja promissor e que possibilite encarar positivamente os grandes desafios de desenvolvimento e de crescimento económico e social convergentes com o restante território nacional e com a União Europeia.

Pelo exposto, concluímos que o Plano para 2007 integra de forma pormenorizada os investimentos a realizar pelo Governo Regional concretizando um conjunto de objectivos definidos no Programa do IX Governo Regional e seguindo os eixos prioritários definidos nos Grandes Objectivos de Desenvolvimento previstos nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008.

Após a análise da Proposta de Plano para 2007, tendo em conta as audições dos senhores Secretários Regionais e os relatórios e pareceres das restantes comissões permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Economia deliberou dar parecer favorável, por maioria, à Proposta de Plano Regional para 2007, com os votos a favor dos Deputados do PS e a abstenção dos Deputados do PSD que reservaram a sua posição final para o Plenário.

CAPÍTULO II

APRECIACÃO E PARECER

SOBRE O ORÇAMENTO REGIONAL PARA 2007



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

A Proposta de Orçamento para 2007 observa o princípio do equilíbrio orçamental tal como se encontra definido no artigo 4.º da Lei 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efectivas cobrem a totalidade das despesas efectivas, e foi elaborado no âmbito do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e segue os critérios e métodos utilizados nos últimos anos, ajustados, à nova realidade financeira decorrente da aplicação dos novos critérios de determinação das transferências financeiras previstos na revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, os quais, apesar de ainda não terem sido aprovados na Assembleia da República, foram integrados na Proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2007.

A Proposta de Orçamento para 2007, apresentada pelo Governo Regional à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com um valor de 991,9 milhões de euros, sem contas de ordem, traduz um acréscimo de 7,4% relativamente ao ano anterior.

Se adicionarmos as contas de ordem, 263,3 milhões de euros, o valor global inscrito neste orçamento atinge os 1.255,2 milhões de euros.

A receita global prevista para 2007, sem contas de ordem, atinge o valor global de 991,9 milhões de euros, sendo as receitas efectivas no montante 935,3 milhões, o que corresponde a mais 7% do valor orçamentado para 2006.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

As três principais fontes de financiamento do orçamento regional são as receitas próprias, as transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia. As receitas próprias constituem a principal fonte de financiamento do orçamento, representando, em 2007, 54% do total das receitas efectivas, registando-se uma significativa redução do seu peso relativamente ao ano de 2006, menos 16,8 pontos percentuais. Esta alteração decorre na sua quase totalidade do novo modelo de transferência da receita do IVA para Região e numa parte menos significativa, do aumento do peso das transferências da União Europeia de 2006 para 2007. As transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia representam, para 2007, um peso de 38% e de 8%, mais 11,8% e 5%, relativamente ao ano anterior.

O valor global das Contas de Ordem é de 263,3 milhões de euros (mais 3,4% do que em 2006), sendo 25,9 milhões de euros o montante respeitante a receitas próprias dos fundos e serviços autónomos e 237,4 milhões de euros a receitas consignadas a outras entidades.

Quanto ao valor da despesa prevista para o ano de 2007 atinge, sem contas de ordem, 991,9 milhões de euros. As Despesas Correntes representam 45,9% da despesa global, seguindo-se as Despesas do Plano, com 31,7% e as Despesas de Capital, 0,2%.

As Despesas Correntes ascendem a 546,4 milhões de euros, sendo que as Despesas com Pessoal (273,2 milhões de euros) e as Transferências



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Correntes (234,5 milhões de euros), representam, no seu conjunto, 93% daquele valor. As Despesas com Pessoal apresentam uma taxa de crescimento de 0,2% em relação ao ano de 2006.

As Despesas de Capital assumem o valor de 2,3 milhões de euros, menos 0,2% do que o valor orçamentado no do corrente ano.

As despesas de investimento inscritas no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para 2007, atingem o valor global de 377,5 milhões de euros, mais 15,9% do que o montante previsto para 2006.

A análise pormenorizada do Orçamento Regional para 2007 encontra-se no relatório da Comissão de Economia que segue anexo a este.

Esta proposta de Orçamento dá cobertura aos Grandes Objectivos de Desenvolvimento previstos nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e prossegue a política orçamental levado a cabo nos últimos anos, constituindo objectivo central do IX Governo Regional continuar a promover a obtenção de taxas crescentes de cobertura das despesas de funcionamento da administração regional pelas Receitas próprias da Região, como sendo o meio mais adequado para potenciar a libertação de recursos financeiros destinados a financiar o plano de investimentos da Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Pelo exposto, a Comissão de Economia deliberou dar parecer favorável, por maioria, à Proposta de Orçamento para 2007, com os votos favoráveis dos Deputados do PS e a abstenção dos Deputados do PSD que reservaram a sua posição final para o Plenário.

CAPÍTULO III

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA PARA 2007

1. PRINCÍPIOS GERAIS

As regras referentes ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores, os procedimentos para a sua elaboração, discussão, aprovação, alteração e fiscalização e a responsabilidade orçamental obedecem ao disposto na Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro.

O conteúdo do articulado da proposta de decreto legislativo regional deve, conforme o art.º 11.º conter:

- a) As condições de aprovação dos mapas orçamentais e as normas necessárias para orientar a execução orçamental;
- b) A indicação do montante das transferências provenientes do Estado ou de fundos comunitários, com a excepção de eventuais vinculações a que estejam sujeitos;
- c) O montante e as condições gerais de recursos ao crédito público;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

- d) A indicação do limite dos avales a conceder pelo Governo Regional durante o exercício orçamental;
- e) O montante de empréstimos a conceder e de outras operações activas a realizar pela Região, incluindo os fundos e serviços autónomos;
- f) Todas as outras medidas que se revelem indispensáveis à correcta gestão orçamental da Região para o ano económico a que o orçamento se destina.

2. ANÁLISE DA PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

O articulado da proposta de Orçamento para o ano 2007 cumpre o disposto no art.º 11.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro.

Destaca-se:

No artigo 23.º da Proposta cumpre-se o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de Janeiro (adaptação do sistema fiscal nacional), quando consagra que anualmente, no Decreto Legislativo Regional que aprova o Orçamento serão determinados, entre os sectores estratégicos da economia da Região Autónoma dos Açores, os lucros comerciais, industriais e agrícolas beneficiários da dedução à colecta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

No artigo 24.º da Proposta cumpre-se o disposto no n.º 4 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de Janeiro, quando consagra que para efeitos do disposto no artigo 49.ºA do Estatuto dos Benefícios Fiscais e por força da remissão constante do n.º 5 do artigo 37.º da Lei n.º 13/97, de 24 de Fevereiro, são considerados relevantes os projectos de investimento em unidades produtivas em valor a fixar anualmente no decreto legislativo regional que aprova o Orçamento, ou que, não atingindo aquele valor, tenham reconhecida e notória relevância estratégica para a economia regional. Neste artigo é apresentado um limite diferenciado para os projectos de investimentos para ilhas do Corvo, Flores, S. Jorge, Graciosa e S. Maria.

Comparativamente ao Decreto Legislativo n.º 3/2006/A, de 16 de Janeiro, que aprovou o Orçamento da Região para o presente ano, observa-se que a presente proposta contém matéria inovadora repartida por 11 artigos: Utilização das dotações orçamentais; Redução de transferências, suspensão de destacamentos, requisições e transferências; Descongelamentos para a admissão de pessoal; Quadros regionais de ilha e centrais de serviços; Transferências do Orçamento de Estado; Operações activas; Mobilização de activos e recuperação de créditos; Alienação de participações sociais da Região; Princípio da unidade de tesouraria; e Despesas com deslocações ao estrangeiro e consultadoria externa.

A Comissão de Economia deliberou dar parecer favorável, por maioria, à Proposta de Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região Autónoma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

dos Açores para 2007, com os votos favoráveis dos Deputados do PS e a abstenção do PSD que reservaram a sua posição final para o Plenário.

Ponta Delgada, 13 de Novembro de 2007

O Relator

(Henrique Correia Ventura)

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos a favor dos Deputados do PS e os votos contra dos Deputados do PSD.

Declaração de voto: Os Deputados do PSD votaram contra o relatório por não concordarem com os juízes valorativos emitidos no mesmo.

Presidente

(José de Sousa Rego)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIOS E PARECERES
DAS COMISSÕES
ESPECIALIZADAS PERMANENTES
DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

RELATÓRIO E PARECER

SECTORIAIS

SOBRE AS PROPOSTAS DE PLANO
REGIONAL E ORÇAMENTO PARA O
ANO DE 2007

Horta, 7 de Novembro de 2006



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

RELATÓRIO E PARECER SECTORIAIS SOBRE AS PROPOSTAS DE PLANO REGIONAL E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2007

**Capítulo I
INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu nos dias 6 e 7 de Novembro de 2006, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta.

Da agenda da reunião constava a apreciação e emissão de parecer, nas áreas da sua competência – conforme definido na Resolução da Assembleia Legislativa n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro –, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre as Propostas de Plano Regional e Orçamento para o ano de 2007.

As mencionadas Propostas deram entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 31 de Outubro de 2006, tendo sido enviadas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no mesmo dia, para relato e emissão de parecer sectorial, a ser remetido à Comissão Permanente de Economia, até 8 de Novembro de 2006.

**Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

As iniciativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas *u)* e *v)* do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea *p)* do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas *b)* e *c)* do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Na Região Autónoma dos Açores o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público, e respectiva preparação,



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional da Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de Maio.

Capítulo III
APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, a apreciação e emissão parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento para o ano económico de 2007, nas seguintes matérias:

- Comunicação Social;
- Ordenamento do Território;
- Ambiente;
- Trabalho e Formação Profissional.

A apreciação das propostas foi acompanhada da audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria.

a) Audição do Secretário Regional da Educação e Ciência

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional da Educação e Ciência, pelas 14 horas do dia 6 de Novembro, nas matérias relativas ao Trabalho e Formação Profissional.

A audição centrou-se essencialmente na análise das acções incluídas no **Projecto 3.2 – Emprego e Formação Profissional**, do Plano Regional Anual, que totalizam um investimento global de 48.780.000,00€, dos quais 5.155.000,00€ são financiados pelo Orçamento Regional e 43.625.000,00€ correspondem a verbas provenientes do Fundo Regional do Emprego e do Fundo Social Europeu.

O Secretário Regional da Educação e Ciência salientou o facto da previsão de investimento nestas áreas ter aumentado significativamente em relação ao ano de 2006 (31.880.000,00€).

Na sua apresentação, o Secretário Regional aludiu ao elevado investimento na formação profissional, tendo ainda, na sequência das questões



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

colocadas pelo PSD sobre o menor ênfase dado à precariedade laboral, sobre o impacto da execução do programa ESTABILIZAR e sobre os incentivos à empregabilidade feminina, informado a Comissão que as acções de combate à precariedade laboral mantêm valores de investimento idênticos aos de 2006, que ainda não é possível fazer um balanço do programa ESTABILIZAR, dado que a generalidade dos projectos ainda estão em curso, salientando que tem havido uma adesão razoável, estando pendentes – aguardando a decisão da notificação à UE – dois pedidos de indústrias conserveiras, e que, apesar do “berço de emprego” ser o único programa específico de apoio à empregabilidade feminina, as mulheres acabam sendo as principais beneficiárias de algumas das acções do Plano de Investimentos, designadamente as acções 3.2.9 e 3.2.11. O governante salientou, também, que a taxa de actividade feminina tem vindo a crescer substancialmente nos últimos anos, sendo as mulheres as principais responsáveis pelo crescimento da taxa de actividade da Região.

b) Audição da Secretária Regional do Ambiente e do Mar

A Comissão procedeu à audição da Secretária Regional do Ambiente e do Mar, pelas 17 horas do dia 6 de Novembro, nas matérias relativas ao Ambiente e Ordenamento do Território.

A audição centrou-se essencialmente na análise das acções incluídas no ***Programa 21 – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental***, do Plano Regional Anual, que totalizam um investimento global de 18.223.000,00€, dos quais 18.023.000,00€ são financiados pelo Orçamento Regional e 200.000,00€ correspondem a verbas provenientes de outros fundos, designadamente comunitários.

A Secretária Regional abordou, minuciosamente, as principais acções previstas em cada um dos 6 Projectos que integram o Programa 21 do Plano de Investimentos – Ordenamento do Território (21.1), Recursos Hídricos (21.2), Valorização da Qualidade Ambiental (21.3), Conservação da Natureza (21.4), Formação e Promoção Ambiental (21.5) e Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente (21.6) –, tendo destacado a fase adiantada de desenvolvimento da revisão do PROTA, o volume considerável de investimento na área do Ordenamento do Território, com



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

realce para a elaboração e implementação dos Planos Ordenamento das Orla Costeira (POOC's) e das Bacias Hidrográficas (POBH's), as intervenções em infra-estruturas de recursos hídricos e de limpeza dos cursos de água, a extensão à Região dos vários sistemas de gestão de resíduos, os investimentos em infra-estruturas de apoio em diversas áreas protegidas, e a remodelação em curso na Rede Regional de Ecotecas.

Tendo sido solicitados esclarecimentos pelo PSD quanto à evolução dos montantes dos investimentos previsto no Plano para 2007, comparativamente com o último ano, acerca do financiamento das actividades a desenvolver pela SPRAçores – Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, SA, e ainda relativamente ao corpo de vigilantes da natureza, a Secretária Regional informou a Comissão que se mantêm os elevados níveis de investimento nos domínios do Ambiente e do Ordenamento do Território para o ano de 2007, que a actividade da SPRAçores, SA, será desenvolvida no âmbito da implementação dos POBH's, financiada por via da transferência das verbas previstas na acção 21.1.4 do Plano de Investimentos, e que haverá um incremento das acções de inspecção e monitorização ambiental não só pelo reforço do corpo de vigilantes em algumas ilhas, mas também pela criação e instalação de uma inspecção regional do Ambiente.

c) Audição do Secretário Regional da Presidência

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional da Presidência, pelas 11 horas do dia 7 de Novembro, nas matérias relativas à Comunicação Social.

A audição centrou-se essencialmente na análise das acções incluídas no **Programa 6 – Apoio ao Média**, do Plano Regional Anual, que totalizam um investimento global de 1.370.700,00€, totalmente financiados pelo Orçamento Regional, dos quais 285.700,00€ se destinam ao desenvolvimento e edição do *Jornal Oficial* (Projecto 6.2).

O Secretário Regional informou a Comissão que em 2007 já haverá o estabelecimento de prazos de candidatura a alguns dos apoios do PROMEDIA (6.1.1), estando orçamentada uma verba de 500.000,00€, dando forma ao compromisso de disponibilizar, nos anos de 2006 a 2008,



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

um montante global de 1.500.000,00€, que o aumento da dotação relativa à promoção mediática dos Açores no exterior (6.1.2), tem em conta o manifesto interesse dos projectos apresentados neste domínio, e que a manutenção do apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão (6.1.3) se destina, essencialmente, à melhoria das condições técnicas daquele serviço. Foi ainda evidenciada pelo governante a importância do investimento previsto para a reforma global do Portal do Governo na Internet, bem como o investimento a realizar na disponibilização na rede de todos os conteúdos das 2.^a, 3.^a e 4.^a Séries do *Jornal Oficial*, bem como a aquisição de ferramentas específicas que possibilitem o acesso de cidadãos portadores de deficiências ao *Jornal Oficial*.

Os Deputados do PS e do PSD reconheceram o esforço do Governo Regional na implementação de medidas de generalização, facilitação e gratuidade do acesso aos conteúdos do *Jornal Oficial* e do Portal do Governo, tendo questionado o Secretário Regional quanto ao volume das candidaturas aos apoios do PROMEDIA no corrente ano, tendo o governante informado que essas candidaturas ultrapassaram os 75.000,00€. O PSD manifestou ainda algumas dúvidas e reservas quanto ao impacto da extinção da edição impressa do *Jornal Oficial*, as quais não tiveram acolhimento por parte do Governo e do PS.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O ***Grupo Parlamentar do PS*** manifestou a sua concordância genérica com as propostas de Plano Regional e Orçamento para o ano de 2007, destacando a continuação do elevado nível de investimento público nos domínios do Ambiente e Ordenamento do Território (Programa 21) e o aumento significativo das dotações do Plano de Investimentos nas áreas do Emprego e Formação Profissional (Projecto 3.2) e do Apoio aos Media (Programa 6).

O ***Grupo Parlamentar do PSD*** absteve-se de tomar posição em Comissão, reservando a respectiva posição final para a reunião plenária.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

Capítulo V
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, quer na generalidade quer na especialidade, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e as abstenções do PSD, emitir parecer favorável à aprovação das Propostas de Plano Regional e Orçamento para o ano de 2007, nas áreas de competência da Comissão.

Horta, 7 de Novembro de 2006

O Relator,

Rogério Veiros

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Hernâni Jorge



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

**PARECER DA COMISSÃO DE
POLÍTICA GERAL SOBRE
O PLANO E ORÇAMENTO
PARA O ANO DE 2007**



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

I

INTRODUÇÃO

- 1- A Comissão de Política Geral, ao abrigo do disposto no artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reuniu na sede da ALRAA, na cidade da Horta, nos dias 06 e 07 de Novembro de 2006, a fim de emitir o seu parecer sobre as Propostas de Plano e Orçamento para o ano de 2007.
- 2- O parecer, a ser emitido pela Comissão, de acordo com as respectivas competências, fundamenta-se na análise dos Projectos, Acções e correspondentes Programas, na audição dos Secretários Regionais que os tutelam e nos Pareceres dos Parceiros Sociais, compilados em publicação do DREPA.
- 3- Foram efectuadas as seguintes audições:
 - Secretário Regional Adjunto da Vice – Presidência;
 - Secretário Regional da Habitação e Equipamentos;
 - Secretário Regional da Presidência;

Tudo conforme Relatórios em anexo.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

II
PARECER

A Comissão de Política Geral, baseada na apreciação dos documentos apresentados e nas audições efectuadas aos membros do Governo Regional que tutelam as áreas da competência desta Comissão, deliberou dar parecer favorável, às Propostas de Plano e Orçamento para o ano de 2007, com o voto favorável do PS e com a abstenção do PSD que reserva a sua posição final para o plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 08 de Novembro de 2006

O Relator

(Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(José Manuel Bolieiro)



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL**

**RELATÓRIO DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DA
VICE - PRESIDÊNCIA**

O Senhor Secretário começou por realçar o equilíbrio orçamental, sem recorrer ao endividamento, situação que acontece pelo quinto ano consecutivo.

O rigor orçamental, mantendo o crescimento do investimento, tem sido conseguido através do acréscimo da receita e da contenção da despesa.

Na área da despesa salientou neste orçamento os seguintes factores:

- Acréscimo dos custos com pessoal só 0,2%;
- Acréscimo das transferências para o Serviço Regional de Saúde, 4,2%, valor este que se justifica para fazer face ao deficit orçamental dos Centros de Saúde;
- Cativação de 5% da despesa dos departamentos governamentais;
- Contenção nas despesas de deslocação e na encomenda de estudos de consultadoria;
- Regras muito apertadas no descongelamento de vagas para os quadros da Administração Regional.

Na área da receita salientou o seu aumento, quer por via das transferências do Orçamento de Estado, quer por via do aumento das receitas fiscais (IVA, IRS e IRC).

O aumento das transferências do Orçamento de Estado deve-se à nova Lei de Finanças Regionais e ao facto de o Governo da República ter dado início ao pagamento da dívida há muito tempo reclamada pela região, sendo que este ano a tranche relativa ao pagamento desta dívida será de 14,8 milhões de euros.

Realçou também o facto do investimento aumentar 15,9%, situação só possível pelo facto de ter havido um aumento da receita e ao mesmo tempo um rigoroso controlo da despesa.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

Relativamente ao investimento público disse que as grandes apostas do Plano eram nos seguintes sectores:

- Transportes Marítimos;
- Promoção do Investimento e da Coesão;
- Transportes Aéreos;
- Vias Terrestres;
- Fomento Agrícola;
- Trabalho e Formação Profissional.

Ainda falando do Plano disse que no financiamento deste se destacava um aumento de cerca de 48% dos fundos comunitários.

Este acréscimo de fundos decorre da esperança que o Governo Regional tem de que o “QREN” seja acabado até ao final de Novembro e se possa proceder à sua afectação durante o ano de 2007.

Relativamente a fundos comunitários esclareceu que durante o ano de 2007 ainda haverá a execução financeira de cerca de 20% do PRODESA, sendo que o Governo tem a pretensão de encerrar este programa ao longo do ano, no sentido de evitar a sobreposição de fundos.

O Deputado Cláudio Lopes salientou o facto de as verbas não desagregadas do Plano serem inferiores às dos anos transactos, situação bastante positiva e que contribui, em muito, para a análise do documento. Lamentou, no entanto, o facto de haver uma diminuição do investimento na Ilha do Pico e o facto de em termos de investimento esta ilha se situar em quinto lugar entre as nove ilhas dos Açores.

Perguntou porque razão é que as receitas próprias subiam 6,3%, quando no cômputo geral as receitas decresciam 16,8% e porque razão se voltava a pedir uma autorização para a concessão de avales no montante de 90 milhões de euros, quando por exemplo



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

em 2006 se tinha aprovado um montante de 110 milhões de euros e apenas se tinham utilizado 22 milhões.

O Sr. Secretário esclareceu que no ano de 2006 existiram transferências extraordinárias que não se irão verificar este ano. Quanto aos avales disse que não se previa um aumento relativamente ao ano transacto e que o montante pedido se justificava, apenas por uma situação de conforto.

Quanto à distribuição das verbas do Plano disse que, no seguimento da política do Governo, tinha havido um aumento do esforço orçamental nas “Ilhas da Coesão”, resultando daqui que as outras ilhas, se considerarmos a capitação, têm valores menores. O Deputado Alberto Costa perguntou se a partir de Janeiro de 2007, e considerando que algumas autarquias já executaram 100% dos fundos que tinham disponíveis no PRODESA, já seria possível aceder aos novos fundos e quais os eixos prioritários desses mesmos fundos.

O Sr. Secretário disse que desde o momento que o Programa Operacional Português esteja pronto, situação que se prevê aconteça até ao final de Novembro, e aprovado pela Comissão, já poderão, em teoria, existir candidaturas.

Explicou que, no entanto, ainda falta negociar o novo quadro com as autarquias, que o método de afectação será diverso e que haverá maiores exigências relativamente às competências autárquicas.

Quanto às áreas a apoiar, estas serão, em resultado de um inquérito efectuado junto das Câmaras Municipais, o saneamento básico, os resíduos sólidos, a educação, as estradas e o desporto.

Esclareceu, ainda, que o aumento das verbas disponíveis para as autarquias, corresponderá aquilo que for o aumento do antigo FEDER e não ao acréscimo bruto dos fundos comunitários.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

O Deputado José San-Bento salientou a melhoria, em termos de apresentação, dos documentos em análise.

Referiu, ainda, como positivo, o rigor orçamental e o grande rigor na gestão da Administração Pública Regional.

Neste particular salientou o facto de os Açores terem cerca de 18.800 funcionários públicos numa população activa de 110.000, o que corresponde a 17%, situação muito positiva, principalmente se tivermos em consideração, o facto de sermos nove ilhas existindo por isso uma enorme duplicação de funções.

Finalmente realçou ainda que desde 1998 tinham entrado cerca de 12.000 pessoas na população activa e que esta mão-de-obra tinha sido maioritariamente absorvida pela iniciativa privada.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL**

**AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA HABITAÇÃO E
EQUIPAMENTOS**

O Sr. Secretário Regional começou por referir a grande incidência do investimento na área da habitação degradada, salientando que se tem procurado melhorar os apoios no sentido de as casas sofrerem melhorias estruturais, na salubridade e na dignidade.

Outra aposta em termos de habitação é nos custos controlados, sendo que depois da entrada em vigor do novo diploma sobre a Aquisição de Habitação, o Governo irá financiar também essa mesma aquisição.

Quanto às verbas do sismo disse que a sua diminuição se deve ao facto de a reconstrução estar na sua fase final, faltando só resolver os casos das pessoas sem terrenos próprios da ilha do Faial.

No âmbito das estradas regionais o investimento mantém-se mais ou menos constante, o que tem permitido um salto qualitativo e quantitativo assinalável, além disso lembrou que o projecto “SCUT” ainda não tem reflexos no Plano, mas que serão 325 milhões de euros, com um prazo de execução de 5 anos o que representará uma média de investimento de 65 milhões de euros/ano.

Na área da Protecção Civil, realçou o facto de se estarem a adquirir embarcações para todas as Associações de Bombeiros, no sentido de melhorar a eficácia do socorro na orla costeira.

Ainda em termos de investimento nesta área, salientou a colaboração com a Universidade dos Açores, tanto na investigação, como na prevenção.

O Deputado José San – Bento disse que o Governo tem também tido uma política eficaz em termos do ordenamento do território e deu como exemplo a nova obra “Parque Sec.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

XXI”, que irá permitir um melhor ordenamento da freguesia de S. Pedro em Ponta Delgada, de seguida colocou as seguintes questões:

- Quais as melhorias resultantes da introdução da taxa de moderação nos serviços de ambulância se estão a verificar nesse serviço?
- Se, e considerando que Ponta Delgada já tem muita construção habitacional em altura, existem equipamentos nos Bombeiros para fazer face a esta situação?
- Quais os novos Quartéis de Bombeiros que serão contemplados neste Plano?
- Referiu que o estacionamento automóvel ao longo das estradas regionais é um problema que deverá ser resolvido com parcerias entre as autarquias e o Governo e perguntou qual a sensibilidade da Secretaria, para esta situação?
- Perguntou se as operadoras de rede móvel estão a desenvolver esforços para resolver as “zonas escuras” que ainda existem nos Açores?
- Ponto da situação relativamente ao programa de erradicação de barracas da Praia da Vitória?
- O custo global da reconstrução, até este momento?
- Qual a análise que o Governo faz da execução dos apoios existentes para as habitações afectadas por térmitas?

Em resposta às questões levantadas, o Sr. Secretário disse que no que toca aos serviços prestados pelos bombeiros, na área da saúde, foram autorizados mais tripulantes o que veio dar resposta a alguns problemas, a Protecção Civil passou a assumir o pagamento dos seguros e da segurança social dos bombeiros e o transporte passará a estar mais moralizado, por via da taxa aprovada para quem solicite o serviço de ambulância, sem ser em casos devidamente justificados;

Em Ponta Delgada os bombeiros têm uma “escada magirus” das mais modernas e que custou cerca de 600.000 euros;



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

Quanto a novos quartéis, disse que nesta legislatura estão previstos os quartéis da Povoação e de Angra do Heroísmo, mas que no primeiro caso a Associação ainda não apresentou o projecto ao Governo e no segundo ainda não está decidido se optam pela reconstrução e ampliação do existente, ou se constroem um quartel totalmente novo;

Relativamente ao estacionamento nas estradas regionais, disse que parte do problema tem a haver com os hábitos das pessoas que não respeitam algumas regras de trânsito, com o facto de algumas estradas estarem mal classificadas uma vez que estão dentro de localidades e deveriam ser da tutela das autarquias, salientando, no entanto, que em certos casos a cooperação com os Municípios será fundamental no sentido de se construírem Parques de Estacionamento que tirem os carros das vias;

Quanto à rede móvel disse que as operadoras estão a pensar novos investimentos e que o Governo além da pressão política que exerce também tem colaborado, tanto na cedência de terrenos como na facilitação da utilização de alguns terrenos situados na reserva agrícola;

Ainda na área das telecomunicações, lamentou o facto de o cabo submarino estar subaproveitado nos Açores e o facto de, relativamente à banda larga, o Governo manter pressão junto da operadora e da ANACOM, para que tanto ao nível do preço como da qualidade as coisas melhorem na Região;

No que toca ao programa de erradicação de barracas da Praia da Vitória, disse que o Governo está a fazer algumas alterações ao projecto, que o custo deste será de 4,5 milhões de euros e que compreenderá a construção de 73 casas, bem como a requalificação da entrada poente na cidade da Praia. Realçou ainda o facto de nos últimos 10 anos já terem sido gastos 76 milhões de euros na erradicação de barracas, sendo o esforço financeiro do Governo de 42 milhões, o que corresponde a 1.200 casas construídas;

A reconstrução já ultrapassou os 240 milhões de euros, estimando-se que o custo final fique em 250 milhões de euros.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

Por via do “Diploma das Têrmitas” apenas se apoiaram cerca de 12 casos, estando o Governo a estudar todas as candidaturas formalizadas, no sentido de aferir se é possível uma melhoria das regras de acesso que permita que mais pessoas sejam abrangidas.

O Deputado Cláudio Lopes colocou as seguintes questões:

- Se os apoios à habitação degradada também contemplam a mão-de-obra?
- Se o protocolo de acesso aos canais generalistas terminou e agora as pessoas vão ter de pagar mais?
- Quais os investimentos que o Governo pensa fazer em termos de sinalização vertical e horizontal?
- Se o quartel de bombeiros das Lajes do Pico seria ampliado e se estava a considerar o governo a construção da secção destacada da Ponta da Ilha?

Em resposta a estas questões disse o Sr. Secretário:

Os apoios à habitação degradada vão até 25.000 euros e incluem a mão-de-obra;

O protocolo de acesso aos canais generalistas terminou a seis de Novembro, sendo que 16.000 famílias tiveram acesso ao mesmo e a partir de agora funcionará o preço de mercado;

Não se prevêem obras de beneficiação no quartel das Lajes do Pico, para este ano e, quanto à secção destacada ainda não está resolvido se é para fazer ou não, salientando que por via da melhoria das acessibilidades o tempo de chegada à ponta da ilha agora é menor;

Quanto à sinalização disse que o Governo já fez um investimento superior a 500.000 euros e que agora se está a fazer um levantamento das necessidades, relativamente aos novos troços de estrada que se vão construindo.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

O Deputado António Pedro Costa colocou as seguintes questões:

- Quando será o concurso para a construção da variante a Rabo do Peixe e qual será o seu custo?
- Se está prevista a construção do quartel da Horta?
- Se existe e já está regulamentado o Estatuto Social do Bombeiro?

Em resposta foi dito que a data do concurso será Janeiro do próximo ano;

Que o Quartel da Horta tem sofrido beneficiações e que não se prevê a construção de um novo;

Que o Estatuto Social do Bombeiro existe, mas que faltam regulamentar algumas questões.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL**

**AUDIÇÃO
DO SENHOR SECRETÁRIO REGIONAL DA
PRESIDÊNCIA**

(Cooperação Externa)

O Sr. Secretário começou por salientar três grandes áreas em que o Governo está envolvido:

- Projecto do Tratado Constitucional;
- Política de Imigração na Comunidade;
- Política Marítima Europeia.

Disse que o processo de afirmação dos Açores na Europa parte do pressuposto de que os Açores têm necessidades, mas também pretende valorizar aquilo que temos de bom, junto das instâncias europeias de que fazemos parte, nomeadamente os nossos recursos endógenos, e que esta tem sido a grande aposta do Governo, aposta essa, que tem a sua tradução financeira no Plano de Investimentos.

Para 2007 o Governo está a preparar a Presidência Portuguesa da União, no sentido de podermos aproveitar a oportunidade para promover a realidade ultraperiférica e ao mesmo tempo conseguirmos, que neste âmbito, algumas das realizações aconteçam nos Açores.

O Deputado José San-Bento colocou as seguintes questões:

- Qual a expectativa do Governo para a conclusão do processo relativo à Política Marítima Europeia?
- Porque o reforço de 87% no projecto da cooperação externa?

Pelo Deputado António Pedro Costa foi perguntado:



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

- Que iniciativas de grande vulto se previam ser canalizadas para a região no âmbito da Presidência Portuguesa?
- Se após a definição da Política Marítima existe alguma hipótese de reaver as 200 milhas de Zona Económica Exclusiva?

Em resposta a estas questões o Secretário disse que o Governo mantém a convicção de que as 200 milhas serão uma realidade, que tem havido da parte da União Europeia alguns sinais positivos, principalmente no que toca à proibição de certas artes de pesca, que os Açores têm mantido uma postura de grande firmeza nesta matéria e estão conscientes da bondade dos seus argumentos, mas que não se pode prever qual será o resultado da acção judicial, em curso.

O Livro Verde da Política Marítima estará em debate 1 ano, não se sabendo o que se seguirá, sendo que o que é importante é que os Açores não deixem de assumir a posição de liderança que têm tido nesta matéria.

Realçou ainda que é importante que o critério de acesso aos fundos europeus para a área marítima seja o da dimensão da Zona Económica Exclusiva e que temos de ter a capacidade de gerir com cautela e precaução aquilo que são os nossos recursos.

Quanto às razões para o aumento de 87% no projecto “Cooperação Externa” disse que se destina a assegurar a nossa participação activa e assídua nos diversos fóruns europeus.

Finalmente realçou que os Açores estão a trabalhar de forma empenhada no sentido de que a Presidência Portuguesa constitua uma mais valia para a região, mas que neste momento não é possível prever o que será realizado na Região uma vez que isso não depende do Governo Regional.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL**

**AUDIÇÃO DO SENHOR
SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDENCIA
(Área das Comunidades)**

O senhor Secretário Regional fez-se acompanhar da Sra. Directora Regional das Comunidades, Dra. Alzira Silva.

A Sra. Directora Regional começou por falar do programa “Emigrado/Regressado”, dizendo que neste momento existem muitas pessoas a regressar aos Açores e que os regressos voluntários são bem maiores que os repatriamentos.

Neste âmbito a Direcção Regional presta os seguintes apoios:

- Técnico Documental;
- Linguístico, àqueles que regressam compulsivamente e não dominam a língua;
- Apoio a Organizações no Estrangeiro que dão aulas de cidadania.

A Direcção Regional está também a realizar um estudo sobre os regressos, no sentido de aferir aspectos como, os motivos que levaram as pessoas a partir, a regressar e qual o seu grau de instrução.

A promoção de encontros e seminários, também tem sido política do Governo, onde se procura aferir do sucesso das políticas implementadas nesta área.

No Capítulo da Identidade Cultural, salientou o facto de ter uma redução de 2%, uma vez que devido ao grande investimento que tem sido feito nesta área as comunidades já têm uma dinâmica própria.

A Direcção Regional tem trabalhado no sentido de despertar os mais jovens para a necessidade de não se perder a identidade Açoriana, neste aspecto salientou os Encontros Temáticos, que têm tido grande sucesso, principalmente no que toca à área da divulgação artística, mostrando junto das comunidades o que de novo se faz nos Açores.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

Quanto aos Imigrados a Direcção Regional mantém uma área de atendimento público, coopera com as organizações que trabalham nesta área e presta apoio jurídico aos imigrantes.

Respondendo a várias questões postas pelos Srs. Deputados a Sra. Directora Regional disse que nos Açores não existe imigração clandestina e que o problema dos nossos imigrantes terem que se deslocar às Embaixadas dos seus países é uma situação que decorre da exigência do próprio país de origem.

Disse ainda que existem parcerias entre a Direcção Regional das Comunidades e a Direcção Regional da Cultura, sempre que estas se revelam oportunas, tendo dado como exemplo a realização de alguns “Workshops”.

Quanto ao facto de os imigrantes não beneficiarem das tarifas de residentes, disse que era uma injustiça, mas que dependia do Governo da República e que este, até agora, não se tinha mostrado disponível para tal situação.

Os espaços de abrigo existentes são da competência do Instituto de Acção Social, mas tem havido um trabalho conjunto e um esforço muito grande para proporcionar condições de dignidade a todos os que têm necessidade de utilizar estes espaços.

Relativamente ao ensino do Português, disse que isso era uma competência da República e que os Açores apenas apoiavam financeiramente a Escola das Bermudas uma vez que os emigrantes desta zona têm obrigatoriamente que regressar, sendo que, relativamente às outras escolas o apoio dado era em material didáctico, quando tal se revelava oportuno.

Finalmente disse que a conclusão do estudo sobre os regressados será em 2007.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

**RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO
PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS SOBRE AS
PROPOSTAS DE PLANO REGIONAL ANUAL E
ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2007**

HORTA 8 DE NOVEMBRO DE 2006



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu nos dias 6 e 7 de Novembro de 2006, na Sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de analisar e emitir parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2007.

A Comissão analisou os documentos em apreço nas áreas da sua competência específica, conforme definido na Resolução da Assembleia Legislativa n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e ao abrigo dos artigos 163.º e 164.º do Regimento da mesma Assembleia.

As Propostas de Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2007 foram entregues na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 31 de Outubro de 2006. Por despacho do Presidente da Assembleia, a apreciação em sede de Comissão foi agendada para os dias 6 e 7 de Novembro de 2006. A Comissão deverá elaborar o respectivo relatório até ao dia 8 de Novembro de 2006, data em que deverá enviá-lo à Comissão Permanente de Economia.

CAPÍTULO II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

As iniciativas do Governo Regional fundamentam-se no disposto nas alíneas u) e v) do artigo 60.º da Lei n.º 9/87, de 26 de Março, alterada pela Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto “Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma dos Açores”.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º1 do artigo 227.º da Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto – Constituição da República Portuguesa em conjugação com o disposto nas alíneas b) e c) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Na Região Autónoma dos Açores o regime jurídico relativo ao sistema de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos e programação de investimento público, e respectiva preparação, elaboração e aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional da Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2002/A, de 28 de Maio.

CAPÍTULO III
PROCESSO DE ANÁLISE

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à análise das Propostas em apreço, no âmbito das suas áreas de competência, realizando, para o efeito, as seguintes audições:

- **Secretário Regional da Educação e Ciência:** ouvido no âmbito do objectivo “Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento”, sobre os programas: Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais e do Sistema Educativo; Desenvolvimento da



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Actividade Científica e Tecnológica; Desenvolvimento Desportivo e Juventude, Trabalho e Qualificação Profissional. De salientar que, no âmbito deste último programa, foram analisados apenas os projectos e acções relacionados com a Juventude e a Qualificação Profissional, uma vez que a matéria de Trabalho não integra a área de competência da Comissão de Assuntos Sociais.

- **Secretário Regional dos Assuntos Sociais:** ouvido no âmbito do Objectivo “Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades”, sobre os programas: Desenvolvimento de Infra-estruturas e do Sistema de Saúde e Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social;
- **Secretário Regional da Presidência:** ouvido no âmbito do objectivo “Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento”, sobre o programa: património e actividades culturais.

CAPÍTULO IV
APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

A análise efectuada pela Comissão de Assuntos Sociais incidiu sobre dois dos cinco grandes objectivos previstos na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2007, a saber: “Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento” e “Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades”, cuja implementação se desenvolve no âmbito de três Departamentos Governamentais, nomeadamente a Presidência do Governo Regional, a Secretaria Regional da Educação e Ciência e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional, referente aos programas previstos que são da área de competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

Como se pode constatar, os investimentos previstos para os objectivos e programas do âmbito da Competência da Comissão de Assuntos Sociais perfazem um total de 192 846 029 € o que representa 31,1% do investimento total inscrito para a Região Autónoma dos Açores.

PLANO ANUAL PARA 2007

Objectivos / Programas	Investimento Público	% (*)
Qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento	127 075 932	20,5
1. Des. das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo	40 035 341	
2. Desenvolvimento da actividade científica e tecnológica	9 523 391	
3. Juventude, trabalho e qualificação profissional	52 442 500	
4. Património e actividades culturais	11 314 000	
5. Desenvolvimento desportivo	12 390 000	
Reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades	65 770 097	10,6
16. Desenvolvimento de infra-estruturas do sistema de saúde	16 682 204	
17. Desenvolvimento do sistema de solidariedade social	14 700 000	
Total do Investimento para a Região	619 828 628	100

(*) percentagem do total do investimento previsto para a Região



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

CAPÍTULO V
APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE

A análise sectorial incidirá sobre as audições realizadas pela Comissão bem como os projectos e acções trazidos a debate pelos Deputados Regionais.

Para cada área sectorial apresenta-se igualmente um quadro síntese elucidativo dos investimentos previstos para os respectivos programas e projectos.

EDUCAÇÃO

PROGRAMA / PROJECTO	INVESTIMENTO		OUTROS FUNDOS
	PÚBLICO	PLANO	
1 Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	40 035 341	31 035 341	9 000 000
1.1 Construções Escolares	33 538 341	24 538 341	9 000 000
1.2 Equipamentos Escolares	1 700 000	1 700 000	
1.3 Formação Profissional	1 337 000	1 337 000	
1.4 Tecnologias da Informação	310 000	310 000	
1.5 Int. Específica em Rabo de Peixe	3 150 000	3 150 000	

Em relação a este programa, o Secretário Regional da Educação e Ciência fez o ponto de situação de todos os projectos e acções inscritas salientando, no âmbito das construções escolares, um conjunto de obras que se encontram em fase final, nomeadamente as Escolas de São Carlos, Padre Manuel A. Cunha e Francisco Ornelas da Câmara, que devem ficar concluídas até ao início do próximo ano lectivo. Referiu igualmente que os outros fundos previstos na Proposta de Plano se



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

reportam a trabalhos a desenvolver pela SPRIH, S.A. na Escola Secundária da Horta e que as verba destinadas a intervenções em escolas do primeiro ciclo se destinam exclusivamente à implementação de um acordo com a Câmara Municipal de Ponta Delgada para a escola de São Vicente Ferreira.

No que concerne a Aquisição de equipamentos escolares clarificou que grande parte deste investimento se destina a equipar as escolas acima referidas cujas obras se encontram agora em fase final, no sentido de as preparar para o seu pleno funcionamento no próximo ano lectivo.

Em resposta a questões colocadas pelo Deputado António Gonçalves sobre o pavilhão da escola de Santa Cruz das Flores, o Secretário Regional informou haver alguma dificuldade com a aquisição de uma parcela de terreno uma vez que a mesma inclui uma casa de habitação, pelo que a possibilidade de expropriação não se coloca. Refere, no entanto, que se a Câmara Municipal conseguir avançar com a obra, a acção correspondente pode ser reforçada com verba da acção 1.1.3.

Na sequência do pedido de informação do Deputado Costa Pereira sobre a Escola Francisco Ferreira Drumond, a Comissão foi informada de que o projecto foi adquirido em regime de consulta. A equipa que elaborou o projecto de arquitectura foi convidada a elaborar os projectos de especialidade. O Tribunal de Contas considerou este procedimento incorrecto e recusou o visto, argumentando que o concurso inicial para o projecto de arquitectura devia ter incluído as especialidades ou, não sendo esse o caso, teria de haver novo concurso para os projectos de especialidade.

O Secretário Regional informou ainda que as Escolas de São Jorge poderão confrontar-se com a mesma situação.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A Deputada Nélia Amaral questionou o Secretário sobre o facto de só estar previsto para 2007 um acordo de cooperação financeira entre a Administração Regional e a Administração Local para intervenção em escolas do primeiro ciclo, bem como sobre o recurso aos fundos comunitários por parte das autarquias. É entendimento do Secretário Regional que o reduzido número de acordos de cooperação se fica a dever ao facto das autarquias ainda não terem assumido as suas competências ao nível do parque escolar do primeiro ciclo, e que o recurso às verbas disponíveis no âmbito dos fundos comunitários continua a ser predominantemente no âmbito das infra-estruturas desportivas.

Em resposta à Deputada Mariana Matos sobre a intervenção na Escola Domingos Rebelo o Secretário Regional informou tratar-se de obras de ampliação e requalificação do bloco oficial bem como de recuperação de balneários e do campo de jogos.

DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA

PROGRAMA / PROJECTO	INVESTIMENTO		OUTROS FUNDOS
	PÚBLICO	PLANO	
2 Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica	9 523 391	9 523 391	
2.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	9 523 391	9 523 391	

O Secretário Regional da Educação e Ciência procedeu à exposição do Programa referindo que o mesmo se destina essencialmente a três objectivos distintos:



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Comparticipação em projectos de investigação de relevante interesse regional; apoio a iniciativas de investigação e desenvolvimento em meio empresarial e implementação do projecto “Escolas Digitais”.

A Deputada Nélia Amaral solicitou informação sobre a incidência dos projectos em meio empresarial, e se no âmbito dos projectos de investigação estava incluído o estudo sobre a Leptospirose nos Açores. O Secretário Regional confirmou a existência de investigação sobre a leptospirose e informou que os projectos de investigação em meio empresarial se encontram ainda em fase de intenções, centrando-se nas áreas da produção alimentar, (nomeadamente lacticínios) e no desenvolvimento dos parques tecnológicos da lagoa e da Terra Chã.

O Deputado Costa Pereira solicitou a clarificação da repartição da verba inscrita na acção 2.1.10. O Secretário Regional informou: que a verba em causa é gerida pela Secretaria Regional da Educação e Ciência; que se destina à participação à Universidade dos Açores para fazer face ao financiamento nacional para a construção do Campus de Angra do Heroísmo e do Departamento de Oceanografia e Pescas; que ambos os projectos estão aprovados no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e que a participação será feita sob forma de reembolso contra apresentação de comprovativo de despesa, sem que haja percentagens fixas atribuídas a qualquer um dos projectos. O Secretário Regional concluiu que, com as dotações previstas, o Governo Regional cumpre a sua missão, cabendo agora à Universidade dos Açores dar seguimento aos projectos, nomeadamente através do lançamento dos respectivos concursos.

JUVENTUDE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROGRAMA / PROJECTO	INVESTIMENTO		OUTROS FUNDOS
	PÚBLICO	PLANO	
3 Juventude, Trabalho e Qualificação Profissional	52 442 500	7 517 500	44 925 000
3.1 Juventude	3 647 500	2 347 500	1 300 000
3.2 Trabalho e Qualificação Profissional	48 780 000	5 155 000	43 625 000

Na sua exposição inicial sobre este programa e projectos, o Secretário Regional fez uma abordagem a cada acção inscrita, salientando, no âmbito da Formação Profissional, o impacto dos Outros Fundos provenientes do próximo Quadro Comunitário.

Em resposta às questões colocadas pela Deputada Mariana Matos, o Secretário Regional informou o seguinte:

As obras na Pousada da Juventude do Pico estão adjudicadas, devendo ter início ainda este ano;

A acção “oficinas de criação” tem por objectivo criar espaços e condições em que jovens artistas possam expressar a sua criatividade;

Os “ciber centros” divergem dos postos de informação juvenil porquanto se assumem como espaços em que as tecnologias de informação estão disponíveis para produção/criação e não apenas para fruição por parte dos jovens;

A acção “cidadania” destina-se, essencialmente, a dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito de campanhas articuladas de prevenção das



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

tóxico-dependências, educação para a sexualidade, cidadania activa e participação cívica.

Na sequência de uma questão colocada pela Deputada Catarina Furtado o Secretário Regional informou que as oficinas de criação funcionarão em parceria com a Direcção Regional da Cultura e possivelmente com outras entidades com objectivos semelhantes.

Ainda sobre as oficinas de criação o Secretário informou a Deputada Maria José Duarte que as mesmas podem ser criadas pela Secretaria Regional, bem como por iniciativa de colectividades de jovens.

O Deputado Costa Pereira solicitou informação sobre as Pousadas da Juventude de Santa Maria e do Faial, tendo o Secretário informado que a verba disponível para Santa Maria se destina à aquisição de um imóvel, não estando nada previsto para a Pousada do Faial, no ano de 2007.

No âmbito da qualificação profissional o Secretário Regional respondeu ainda a questões formuladas pelas Deputadas Mariana Matos e Nélia Amaral quanto às acções 3.2.12; 3.2.16; 3.2.17 e 3.2.2 para dizer que as mesmas se destinam a dar continuidade a acções já em curso nomeadamente os programas Estagiar L, programas de reconversão e requalificação, Programas Leonardo da Vinci e Eurodisseia, bem como financiar o normal funcionamento da Escola Profissional das Capelas, nas despesas não elegíveis aos fundos comunitários.

CULTURA



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROGRAMA / PROJECTO	INVESTIMENTO		OUTROS
	PÚBLICO	PLANO	FUNDOS
4 Património e Actividades Culturais	11 314 000	11 214 000	100 000
4.1 Dinamização de Actividades Culturais	2 584 000	2 484 000	100 000
4.2 Defesa/Valorização Património Arqu. Cultural	8 005 000	8 005 000	
4.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe	25 000	25 000	
4.4 Sismo - Cultura	700 000	700 000	

O Secretário Regional da Presidência fez-se acompanhar do Director Regional da Cultura a quem incumbiu de fazer uma exposição inicial da Proposta de Plano nas áreas do Património e Actividades Culturais, bem como prestar os esclarecimentos que os Deputados considerassem necessários.

Na sua exposição inicial o Director Regional salientou que os documentos em apreciação reflectem uma clara orientação no sentido de que a cultura, mesmo tratando-se de investimentos situados numa ou noutra ilha, tenha uma incidência regional. Igualmente merecedor de destaque foi a forte aposta em equipamentos e infra-estruturas como de resto se pode verificar pelo plano de investimentos.

O Director Regional destacou três acções que considera particularmente significativas:

Uma nova acção – “Centro de Arte Contemporânea dos Açores”, salientando a sua abrangência regional. No âmbito desta acção já se procedeu à aquisição do imóvel e dos terrenos, e está em curso a elaboração dos planos de intervenção;



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Salientou igualmente os investimentos previstos para as Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais da Horta e de Angra do Heroísmo, esclarecendo que a primeira deve abrir ao público já em 2007, sendo que o projecto da segunda será divulgado publicamente ainda este mês.

Questionado pela Deputada Maria José Duarte sobre a regulamentação do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de Agosto que Estabelece o Regime Jurídico de Apoios a Actividades Culturais, o Director Regional esclareceu que está a ser preparada a regulamentação que estabelece as novas directrizes, que regem o acesso aos apoios previstos no referido Decreto Legislativo Regional e considerou ser premente a sua publicação.

O Deputado Costa Pereira perguntou se, na ausência da regulamentação anteriormente referida, está previsto algum esclarecimento público sobre a apresentação de candidaturas aos apoios estabelecidos no Decreto Legislativo Regional. Solicitou igualmente informação sobre a finalidade da verba prevista na acção 4.2.21 – Casa Manuel de Arriaga.

O Director Regional referiu que está a ser preparado um texto explicativo do processo de candidatura, que será enviado a todos os agentes culturais. Em relação à acção 4.2.21 clarificou que o imóvel em causa não é propriedade do Governo Regional, que o Governo não pretende ocupar a totalidade do espaço e que se aguarda que o legítimo proprietário formalize a sua posição quanto aos termos do acordo a realizar com o Governo Regional. Existe uma verba significativa disponível e há um entendimento preliminar entre as partes, sendo agora necessário assumir uma posição quanto à possibilidade de permuta, bem como quanto ao processo de desanexação do espaço que não será ocupado pelo núcleo museológico.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Em resposta a questões colocadas pela Deputada Mariana Matos, o Director Regional informou que em relação ao Recolhimento de Santa Bárbara já foi assinado o auto de consignação, pelo que a empresa deve iniciar a obra a qualquer momento. Referiu igualmente que já foi autorizada a abertura de concurso para a intervenção no Convento de Santo André e que a intervenção na Casa Armando Cortes Rodrigues, que futuramente se chamará “Morada da Escrita”, deverá ter início em 2007.

O Deputado Manuel Avelar solicitou informação sobre o Museu da Graciosa. O Director Regional esclareceu que o projecto se encontra praticamente concluído, devendo ser possível lançar o concurso dentro em breve e iniciar a obra no segundo trimestre de 2007.

DESPORTO

PROGRAMA / PROJECTO	INVESTIMENTO		OUTROS FUNDOS
	PÚBLICO	PLANO	
5 Desenvolvimento Desportivo	12 390 000	12 390 000	
5.1 Instalações e Equipamentos	3 450 000	3 450 000	
5.2 Actividades Desportivas	5 655 000	5 655 000	
5.3 Promoção e Formação	3 135 000	3 135 000	
5.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe	150 000	150 000	

O Secretário Regional da Educação e Ciência fez uma breve exposição das acções e dotações previstas neste programa. Salientou as intervenções nos parques



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

desportivos de São Miguel e da Terceira, com investimentos nos pavilhões do Lagedo e Sidónio Serpa em São Miguel e na Piscina e Complexo Desportivo da Praia da Vitória, na Ilha Terceira.

O Deputado Costa Pereira solicitou informação sobre o Estádio de Futebol da Horta, ao que o Secretário Regional respondeu que o investimento previsto para a Escola Secundária da Horta inclui a construção do Parque Desportivo, com excepção do campo de futebol. Em relação ao Estádio de Futebol esclareceu que só está previsto o lançamento de concurso quando a construção da Escola estiver na sua fase final. Referiu ainda que o projecto actual contempla um campo relvado, mas que poderá passar a relvado sintético se for essa a política definida pela UEFA.

SAÚDE

PROGRAMA / PROJECTO	INVESTIMENTO		OUTROS
	PÚBLICO	PLANO	FUNDOS
16 Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	16 682 204	10 830 882	5 851 322
16.1 Construção de Novas Infra-Estruturas	7 500 000	4 100 000	3 400 000
16.2 Remodelação/Amp. de Unidades de Saúde	2 170 000	1 470 000	700 000
16.3 Apetrechamento e Modernização	4 102 204	2 350 882	1 751 322
16.4 Formação e Iniciativas em Saúde	1 810 000	1 810 000	
16.5 Tecnologias de Informação na Saúde	1 100 000	1 100 000	

O Secretário Regional dos Assuntos Sociais procedeu a uma breve exposição dos principais projectos e acções do âmbito da Saúde e respectivas dotações. Salientou os grandes investimentos previstos na construção do novo hospital de Angra do



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Heroísmo, nos Centros de Saúde da Madalena, Santa Cruz da Graciosa e Ponta Delgada. Enfatizou igualmente a forte aposta na formação e qualificação profissional e na elaboração do novo Plano Regional de Saúde, informando que decorre actualmente um trabalho de identificação de situações de maior prevalência, que levará a que sejam delineados planos de acção junto das populações. Na sequência do trabalho em curso, prevê-se que a Carta da Saúde seja apresentada aos parceiros sociais no início de 2007.

Na sua exposição inicial o Secretário Regional fez ainda referência ao processo de informatização do Serviço Regional de Saúde, informando tratar-se de um projecto em que têm participado varias dezenas de técnicos de diferentes formações de base. Espera-se que até ao final de 2007 deve estar concluída a informatização de todo o Serviço Regional de Saúde.

Referiu ainda o decréscimo de dotação nas acções 16.2 “Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde” e 16.3 “Apetrechamento e Modernização”, justificando que o mesmo se fica a dever ao esforço desenvolvido em anos anteriores e ao facto de grande parte da remodelação e apetrechamento estar concluído.

Finda a exposição inicial, o Secretario Regional respondeu a questões colocadas pelos Deputados Regionais. Neste contexto teve oportunidade de explicar ao Deputado Costa Pereira que o Governo vai avançar com o projecto para intervenção no Bloco C do Hospital da Horta, uma vez que o Conselho de Administração não conseguiu, ao nível local, avançar com o respectivo projecto, em tempo útil.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A Deputada Maria José Duarte alertou para um lapso na numeração das acções inscritas no âmbito do Projecto 16.2, uma vez que a primeira acção inscrita tem o número 16.2.4. O Secretário Regional informou que o lapso se ficou a dever a um reagrupamento de acções inscritas em Planos anteriores, em função de objectivos já alcançados.

Questionado pela Deputada Nélia Amaral sobre o ponto de situação do Centro de Saúde de Ponta Delgada e sobre o âmbito da acção 16.3.3, o Secretário Regional explicou que se procede actualmente à identificação e aquisição dos terrenos para o Centro de Saúde e que a acção 16.3.3 – “Emergência Médica” visa dotar a região de uma equipe de formadores acreditados para desenvolver formação de técnicos de saúde da área da emergência de catástrofe, bem como dotar o SAU de equipamento específico para actuação em situações de emergência de catástrofe, nomeadamente um hospital de campanha.

A Deputada Cláudia Cardoso solicitou informação sobre o projecto para o novo hospital de Angra do Heroísmo, bem como sobre os objectivos visados no âmbito da Prevenção das tóxico-dependências. Em relação ao hospital de Angra do Heroísmo o Secretário Regional referiu que o mesmo se encontra actualmente em fase de projecto e de aquisição de terrenos. No que concerne à prevenção das tóxico-dependências propõe-se dar continuidade às acções actualmente em curso, bem como à avaliação do impacto das actividades desenvolvidas até à data.

O Deputado Luís Henrique Silva abordou o problema de sub-orçamentação das unidades de saúde, questionando se em 2007 seriam contempladas as reais necessidades dos Centros de Saúde da Região. O Secretário Regional assegurou que os orçamentos das Unidades de Saúde para 2007 serão elaborados com base



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

num levantamento minucioso, levado a cabo em todas as unidades de saúde, e tendo por base planos anuais de actividades por objectivos.

Referiu ainda, e em relação à ilha Graciosa que, em 2007, se iniciará a aquisição de terrenos e elaboração do projecto para o novo Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, cuja construção será candidatada ao Quadro Comunitário de Apoio.

SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

PROGRAMA / PROJECTO	INVESTIMENTO		OUTROS FUNDOS
	PÚBLICO	PLANO	
17 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	14 700 000	10 880 000	3.820 000
17.1 Equipamentos de Apoio a Idosos	5 050 000	5 050 000	100 000
17.2 Equip. de Apoio à Infância e Juventude	3 750 000	3 750 000	
17.3 Invest. em Serviços de Segurança Social	3 820 000		3 820 000
17.4 Equipamentos de Apoio à Deficiência	2 080 000	2 080 000	

De acordo com a exposição efectuada pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais, a Proposta de Plano para 2007 pretende dar continuidade ao apoio que vem sendo prestado na região às pessoas mais desfavorecidas, nomeadamente idosos, crianças e jovens e pessoas portadoras de deficiência.

O Secretário Regional salientou duas áreas consideradas prioritárias, a saber: A qualificação / formação de recursos humanos com intervenção em qualquer uma das referidas valências; e o acompanhamento e avaliação da qualidade dos



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

serviços prestados ao utente, que se traduz num mais assíduo e rigoroso acompanhamento dos acordos de cooperação estabelecidos.

A Comissão foi igualmente informada de que o Governo ainda não dispõe de dados concretos sobre as verbas inscritas no Orçamento da Segurança Social para a Região.

Finda a exposição inicial o Secretário Regional respondeu às questões colocadas pelos Deputados Regionais.

A Deputada Nélia Amaral solicitou informação sobre a cobertura da Região ao nível dos Centros de Actividades Ocupacionais para pessoas portadoras de deficiência, bem como sobre as acções previstas no âmbito do apoio a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e aos “sem abrigo”.

O Secretário Regional informou que, com excepção do Corvo e Flores, todas as ilhas dispõem já de CAOS, e que as ilhas maiores (S. Miguel, Terceira e Pico) dispõem de Centros em vários concelhos. Em relação às pessoas vítimas de violência doméstica e aos “sem abrigo” referiu a elevada taxa de ocupação das estruturas actuais e a necessidade de se repensar a rede existente, pelo que está a decorrer um levantamento exaustivo das necessidades, efectuado por uma equipa pluridisciplinar.

O Deputado Costa Pereira solicitou informação sobre a creche dos Flamengos, tendo o Secretário Regional esclarecido tratar-se de uma iniciativa da junta de freguesia, em colaboração com a paróquia e um particular, que doou o terreno para utilização em serviço de apoio intergeracional a ser implementado até ao ano de 2010. O projecto actual é para iniciar com uma valência de apoio domiciliário e



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

possivelmente também uma creche. O Centro de Dia que funciona actualmente na Casa do Povo pode, também, vir a integrar o projecto.

Questionado pela Deputada Cláudia Cardoso sobre as acções 17.1.25, 17.2.45 e sobre a cobertura da rede de apoio à infância, o Secretário Regional informou: tratar-se da ampliação do lar D. Pedro V; que o Centro Comunitário Santa Rita, na Praia da Vitória, corresponde a uma obra de raiz; que ainda existem lacunas na cobertura da rede de apoio à infância, nomeadamente creches, pelo que estão previstas algumas novas acções, prevendo-se igualmente incentivas o utilização dos apoios à iniciativa privada.

Nesta sequência, a Deputada Maria José Duarte solicitou informação sobre a rede de apoio aos idosos, ao que o Secretário Regional respondeu que estão previstas três novas valências: Lajes da Flores, Lajes do Pico e Lagoa. Informou ainda que dispõe de informação de que em breve surgirão dois projectos de iniciativa privada neste âmbito.

CAPÍTULO V
PARECER

Da análise efectuada pela Comissão de Assuntos Sociais, pode concluir-se que a Proposta de Plano Regional Anual para 2007 inscreve, nos objectivos, programas e projectos objecto de análise pela Comissão, verbas congruentes com a previsão efectuada nas Orientações a Médio Prazo para 2005-2008;

Constata-se igualmente que a Proposta de Plano Regional Anual para 2007, nas áreas da competência da Comissão de Assuntos Sociais, contempla programas e



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

acções que, na continuidade do Plano de 2006 asseguram a concretização das medidas previstas no Programa do IX Governo Regional e inscreve as verbas necessárias à sua implementação.

Assim, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos Deputados do Partido Socialista e a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata, que reservam a sua posição para o Plenário, emitir parecer favorável à aprovação das Propostas de Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2007, nas áreas de competência da Comissão.

Horta 8 de Novembro de 2006.

A Relatora

(Nélia Amaral)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

(Cláudia Cardoso)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

**RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE
ECONOMIA SOBRE A PROPOSTA DE PLANO REGIONAL E
ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA**

2007

PONTA DELGADA, 13 NOVEMBRO DE 2006



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 7 de Novembro de 2006, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta e no dia 13 de Novembro de 2006 na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada, com o objectivo de emitir parecer nas áreas da sua competência, relativamente à proposta de Plano e Orçamento para 2007.

De acordo com a Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, compete à Comissão de Economia dar parecer sobre as propostas de Plano e Orçamento da Região, assim como habilitar o Plenário nas seguintes áreas:

- Planeamento e Estatística;
- Tesouro, Contribuições e Impostos;
- Orçamento e Contabilidade Pública;
- Privatizações;
- Transportes;
- Agricultura;
- Pescas;
- Turismo;
- Comércio, Indústria e Energia;
- Desenvolvimento Rural;
- Cooperativismo.

Nos termos regimentais, a Comissão elabora um relatório e parecer referente às áreas acima referidas, o qual, conjuntamente com os relatórios das restantes Comissões, será anexado ao parecer final desta Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Às áreas económicas atrás indicadas correspondem os seguintes programas do Plano 2007.

Programa 7 – Fomento Agrícola

Programa 8 – Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários.

Programa 9 – Diversificação Agrícola

Programa 10 – Desenvolvimento Florestal

Programa 11 – Modernização das Infra-Estruturas da Actividade da Pesca

Programa 12 – Desenvolvimento do Turismo

Programa 13 – Desenvolvimento Industrial

Programa 14 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação

Programa 15 – Promoção do Investimento e da Coesão

Programa 24 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos

Programa 25 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos

Programa 26 – Consolidação e Modernização do Sector Energético

Programa 28 – Planeamento e Finanças

A Comissão procedeu no dia 7 de Novembro de 2006 à audição dos membros do Governo responsáveis pela execução das matérias referidas nos programas acima elencados de forma a obter um melhor esclarecimento sobre as mesmas.

Desta forma foram ouvidos:

- O Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente do Governo Regional, em substituição do Vice-Presidente – responsável pelo programa 28



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

bem como pela apresentação e esclarecimentos sobre o Orçamento e Plano de 2007.

- O Sub – Secretário Regional das Pescas – responsável pelo programa 11.
- O Secretário Regional da Economia – responsável pelos programas 12, 13, 14, 15, 24, 25 e 26.
- O Secretário Regional de Agricultura e Florestas – responsável pelos programas 7, 8, 9 e 10.

CAPÍTULO I

ANÁLISE DA PROPOSTA DO PLANO PARA 2007 POR ENTIDADE PROPONENTE

O Plano para o ano de 2007 compreende um total de 28 programas, que contemplam 104 projectos, que por sua vez integram 480 acções.

O Plano de 2007 prevê um total de investimento público de 619,8 milhões de euros, sendo 377,5 milhões de euros do Plano e 242,3 milhões de euros de Outros Fundos.

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E FLORESTAS

Programa 7 – Fomento Agrícola



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Este programa engloba um conjunto de acções nas vertentes das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola, da sanidade vegetal e animal, e de modernização das explorações agrícolas, incluindo o apoio financeiro a projectos de investimento privado, prevendo-se para 2007 um investimento total de 47 milhões de euros, sendo 20,1 milhões do Plano e 26,9 milhões de Outros Fundos.

Das Infra-Estruturas Agrícolas, com um investimento de 19,6 milhões de euros destaca-se, essencialmente, os Caminhos Agrícolas com uma verba de 11,2 milhões de euros, sendo 2,4 milhões do Plano e 8,8 milhões de Outros Fundos e Abastecimento de Água, com uma verba de 6,5 milhões de euros, sendo 1,4 milhões do Plano e 5,1 milhões de Outros Fundos.

O Projecto Sanidade Animal e Vegetal compreende as acções Infra-estruturas Fitossanitárias/Qualidade, Sanidade Animal e Vegetal e Infra-estruturas Veterinárias prevendo-se em 2007 um investimento total de 10,3 milhões de euros, sendo 8,8 milhões do Plano e 1,5 milhões euros de Outros Fundos. Neste Projecto destaca-se a Sanidade Animal com 8 milhões de euros, sendo 6,7 milhões do Plano e 1,3 milhões de Outros Fundos, e Infra-estruturas Veterinárias com uma dotação de 1,5 milhões de euros, totalmente suportado pelo Plano.

Relativamente ao Projecto Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias destaca-se a acção Experimentação e Divulgação Agrária, destinada a promover projectos nas áreas agrícola e pecuária e da agricultura biológica, em todas as ilhas, estando este Projecto dotado com 1,7 milhões de euros, totalmente inscrito no Plano.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

O Projecto Reduzir Custos de Exploração Agrícola compreende Apoio ao Investimento, Apoio ao Rendimento e Apoio às Organizações de Produtores. Este Projecto prevê um investimento de 14,3 milhões de euros, sendo 3,8 milhões do Plano e 10,5 milhões de Outros Fundos. Neste Projecto destaca-se o Apoio ao Rendimento com um investimento de 7,3 milhões de euros, sendo 1,1 milhões do Plano e 6,2 de Outros Fundos.

Programa – 8 – Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários

Neste programa estão incluídas intervenções no âmbito da Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários. Na transformação, estão contemplados os apoios financeiros ao esforço do investimento privado promovido por unidades industriais no domínio da ampliação/modernização da actividade transformadora dos produtos agro-pecuários. Na comercialização está previsto o investimento público na reformulação, modernização e requalificação da rede regional de abate e apoio ao escoamento de produtos agro-alimentares, a qualidade, a certificação de produtos e a regularização dos mercados.

Este programa prevê um investimento de 41,3 milhões de euros, sendo 23,8 milhões do Plano e 17,4 milhões de Outros Fundos. No Projecto Transformação e Comercialização, destaca-se o Apoio à Indústria Agro-Alimentar, com um investimento total de 24 milhões de euros, sendo 8 milhões do Plano e 16 milhões de Outros Fundos e a Regularização dos Mercados com uma dotação de 6 milhões de euros integralmente suportado pelo Plano.

Programa 9 – Diversificação Agrícola



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Neste programa irão ser implementadas acções visando as produções agrícola e pecuária mais compatíveis com o meio ambiente e as boas práticas agrícolas, o incentivo financeiro às produções que diversificam a produção regional do sector, a promoção de produtos no mercado externo, a valorização profissional dos jovens agricultores, a formação de técnicos, apoios financeiros aos agricultores que cessam a sua actividade e a comparticipação financeira dos juros de empréstimos ao abrigo do DLR 23/99/A, de 31 de Julho, e do DRR 4/2000/A, de 1 de Fevereiro.

Este programa prevê ainda um projecto vocacionado para a Intervenção Específica em Rabo de Peixe abrangendo a valorização profissional, o apoio ao investimento nas explorações agrícolas e pecuárias, bem como o apoio a novas culturas. Com um total de investimento de 25,5 milhões de euros, sendo 6,9 milhões do Plano e 18,5 milhões de Outros Fundos.

No projecto de Diversificação da Produção Agrícola, com um total 13,8 milhões de euros, sendo 3,2 milhões do Plano e 10,6 de Outros Fundos, a medida mais significativa é a Agro – Ambientais no âmbito do PDRu-Açores, com uma dotação de 9,6 milhões de euros, sendo 1,5 milhões do Plano e 8,1 milhões de Outros Fundos.

Na Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas, com um total de investimento de 11,2 milhões de euros, sendo 3,3 milhões do Plano e 7,9 milhões de Outros Fundos. Neste projecto destaca-se a acção Reforma Antecipada com 10,2 milhões de euros, sendo 2,2 milhões do Plano e 7,9 milhões de Outros Fundos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Programa 10 – Desenvolvimento Florestal

Neste programa são agregadas acções no âmbito do fomento da produção, através de comparticipação financeira em projectos de investimento privado visando a florestação, reposição de matas e beneficiação de povoamentos florestais, a produção de plantas em viveiros e implementação de um sistema de certificação de gestão florestal. No âmbito da acção infra-estruturas e equipamentos florestais estão em curso a construção, beneficiação e requalificação de caminhos rurais e florestais. No que diz respeito ao uso da floresta está prevista a promoção da silvicultura ambiental e da protecção dos recursos e ainda o desenvolvimento de um sistema de informação geográfica.

O programa, com uma dotação de 11 milhões de euros inclui três projectos: Fomento e Gestão dos Recursos Florestais, Infra-Estruturas e Equipamento Florestais e o Uso Múltiplo da Floresta. Dos projectos acima referidos os mais significativos são: o Fomento e Gestão dos Recursos Florestais com um total de investimento de 4,1 milhões de euros, sendo 1,3 milhões do Plano e 2,8 milhões de Outros Fundos e Infra-Estruturas e Equipamentos Florestais, com a dotação de 6,4 milhões de euros, integralmente financiado pelo Plano.

Audição do Secretário Regional da Agricultura e Florestas

O Secretário começou por dar explicação detalhada das acções de cada programa da sua Secretaria realçando o esforço de investimento na modernização das explorações, através de mais e melhores caminhos agrícolas, abastecimento de água e electrificação agrícola, iniciando trabalhos no sentido de introduzir as energias renováveis também na agricultura. Referiu ainda, a importância que é dada com este plano, à construção do Laboratório



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Regional de Veterinária, a implementação do plano regional de sanidade animal, o apoio ao investimento e rendimento dos produtores, diversificação agrícola e renovação e reestruturação das empresas agrícolas.

O Deputado António Ventura disse não valer a pena debater a filosofia de elaboração deste plano, mas que o mesmo tinha deixado de quantificar o número de explorações afectas em cada ilha e os quilómetros de estrada construídos. Mais disse ter interesse em conhecer o plano de sanidade animal. Perguntou porque razão a Secretaria abandonou a formação HACCP, em que situação se encontra a certificação de produtos regionais, tais como a meloa de Santa Maria e o alho e a meloa da Graciosa, em que ilhas vão ser construídos parques de retém para gado, se as associações vão receber apoios extraordinários e porque desapareceu do plano o aconselhamento aos produtores.

O Secretário, em resposta, informou que a desagregação espacial do plano se encontra expressa nos mapas anexos ao mesmo, que o plano de sanidade animal prevê a erradicação obrigatória de doenças imposta por Directivas Comunitárias, a existência de uma comissão de acompanhamento composta por técnicos dos serviços e representantes dos produtores e que tem início mas que não tem fim, atendendo a que há sempre doenças para erradicar. Em relação ao controlo da qualidade disse terem sido ministradas formações de auto controlo, ficando os agentes económicos de porem em prática o que aprenderam e os serviços, com parcerias com privados, de fazer a fiscalização e acompanhamento. No que à certificação diz respeito, continuam a serem levadas a cabo acções em Santa Maria e Graciosa no sentido da valorização de algumas produções daquelas ilhas. Referiu, ainda, estar a ser levado a cabo pela Universidade dos Açores um trabalho para diferenciação do leite



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

dos Açores. Finalmente disse esperar que em 2007 a construção do Laboratório Regional de Veterinária tenha o seu início.

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E MAR

Programa 11 – Modernização das infra-estruturas e da Actividade da Pesca.

Este programa tem por princípio o equilíbrio entre a gestão e a conservação dos recursos da pesca, o desenvolvimento sustentado do mesmo sector e a evolução positiva dos rendimentos dos seus agentes económicos.

O programa prevê um investimento de 20,3 milhões de euros, sendo 16,6 milhões do Plano e 3,7 milhões de Outros Fundos.

Os cinco projectos que compõem este programa são: - Inspeção e Gestão, Estruturas Portuárias, Frota, Transformação, Comercialização e Cooperação Externa e Recursos Humanos. Os projectos mais relevantes deste são as Estruturas Portuárias com a dotação de 9,6 milhões de euros totalmente suportados pelo Plano e a Frota com a dotação de 2,7 milhões de euros inscritos no Plano.

Audição do Sub – Secretário Regional das Pescas

O Subsecretário Regional das Pescas abordou todos os projectos que compõem o programa 11 e que se encontram no âmbito daquela Subsecretaria. Explicando, disse que o Governo tem um acordo de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

cooperação com o DOP no sentido de melhorar o conhecimento científico, que a gestão dos portos de pesca é feita em cooperação com as associações da pesca, que têm vindo a ser administrados cursos de segurança marítima e a serem feitas experiências na captura do peixe espada preto. Em relação à construção de infra-estruturas serão iniciados os portos de pesca de Vila Franca do Campo, São Mateus da Calheta, Fajã do Ouvidor e Ponta Delgada das Flores.

O Deputado António Ventura perguntou que portos estão contemplados para a Ilha Terceira e a evolução na pesca de peixe-espada preto.

O Sub-Secretário respondeu que está previsto a construção do porto de São Mateus da Calheta e aquisição de diverso equipamento para o porto da Praia assim como diversas melhorias nas condições de trabalho dos pescadores. No que diz respeito ao peixe-espada preto, o Governo Regional vai apoiar a actividade experimental através de uma Associação de Pesca.

O Deputado Lizuarte Machado solicitou informação sobre o ponto de situação do núcleo de pesca do Porto de pesca da Madalena do Pico. Sobre a renovação da licença de pesca considerou que o mínimo de vendas anuais em Lota de 1250 euros é um valor muito baixo e, por isso, perguntou se já foi ponderada a hipótese de aumentar esse montante ou em alternativa impor alguns limites ao apoio para equipamento aos pescadores que pescam tão pouco. Concluindo disse que o limite mínimo de capturas, tão baixo, afecta o desempenho do sector.

Em relação à primeira pergunta o governante disse irem começar as obras dentro em breve. No que diz respeito à segunda questão disse existir



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

regulamentação regional que estabelece esse mínimo, no entanto não colocou de lado a hipótese de ser estudado um novo mínimo de capturas.

O Deputado António Marinho disse não concordar que os honorários pagos aos advogados, relativos à acção interposta no Tribunal Europeu, bem como as acções 11.2.10, 11.2.11, 11.2.12 e 11.2.13 sejam considerados despesas de investimento mas sim despesas de funcionamento, não ser a reestruturação do sector atuneiro mais do que balões de oxigénio. Mais questionou os apoios que o GR atribui aos atuneiros que se deslocam para fora da Região, uma vez que o GR se pode estar a substituir aos privados.

O Sub-Secretário, em resposta, disse ter havido uma mudança de mentalidades e de actuação por isso se estabelecem protocolos com as empresas. Que as deslocações dos atuneiros para fora da Região são importantes para aumentar a produtividade no sector das pescas. No apoio ao sector atuneiro é exigida inovação, dando como exemplo a utilização de frascos de vidro e que se torna mais barato adquirir atum fora da Região, daí a necessidade de apoiar o sector.

O Deputado Jorge Macedo referiu que as verbas previstas não eram suficientes para fiscalizar os mares dos Açores, ao que o Sub-Secretário respondeu não ter a Região a obrigação de o fazer e que as verbas ali previstas são apenas para a instalação de SVMS em embarcações menores para melhorar os serviços de inspecção.

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA

Programa 12 – Desenvolvimento do Turismo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Este programa visa o apoio ao sector do Turismo. Como tal para além de um conjunto de apoios financeiros ao investimento privado do sector, está previsto o desenvolvimento de acções com vista à divulgação da Região nos principais mercados emissores de turismo para a Região, procurando-se para além de aumentar os fluxos turísticos, combater a sazonalidade e diversificar a oferta e a procura. Esta é uma actividade em forte crescimento na Região constituindo-se como elemento de diversificação e de geração de riqueza e postos de trabalho. A nível da oferta, serão desenvolvidas acções que possam contribuir para o aumento da estada do turista, assim como para a requalificação do produto.

A prossecução destes objectivos comporta verbas na ordem dos 14,5 milhões de euros, sendo suportado na sua totalidade pelo Plano.

O principal projecto deste programa é o de Promoção Turística onde estão previstas verbas de 10 milhões de euros, tendo como principal acção as Campanhas Publicitárias com uma dotação de 9,5 milhões de euros.

Programa 13 – Desenvolvimento Industrial

Este programa pretende, em termos globais, aumentar a produtividade e competitividade das empresas do sector, promovendo parcerias com as associações empresariais e outras entidades regionais, visando a investigação e o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a promoção da qualidade, da gestão empresarial e dos produtos. Dando primordial importância à formação profissional para a qualificação e competência dos recursos humanos envolvidos, bem como às questões ambientais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Este programa prevê um montante de 1,1 milhões de euros e tem na Inovação Tecnológica e Gestão de Recursos a sua principal acção com 615 mil euros.

Programa 14 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação

Este programa visa o apoio à actividade empresarial destacando-se as acções de informação, formação e consultadoria junto dos agentes económicos. No domínio da política dirigida ao consumidor, releva o apoio à instalação do Tribunal Arbitral e o Protocolo com a Associação de Consumidores, para além da realização de seminários e acções de formação e sensibilização.

Visa, ainda, a promoção e comercialização de produtos no exterior para o que estão contemplados apoios financeiros a diversas acções neste sentido, para além de concessão de ajudas ao escoamento de produtos regionais.

Este programa encontra-se dotado de 860 mil euros, sendo o principal projecto a Promoção Externa de Produtos Regionais, com a dotação de 590 mil euros.

Programa 15 – Promoção do investimento e da coesão

Este programa visa apoios financeiros ao investimento privado, sendo este mais significativo nas ilhas onde, por razão de dimensão e de potencial económico, o investimento privado é mais penalizado. Visa, também, a promoção de parcerias público-privadas, em áreas estratégicas para o desenvolvimento do território, visando a dinamização da produtividade e da competitividade da economia regional e a coesão económica e social no espaço territorial da Região.

Será prestada especial atenção aos sistemas de incentivo Empreende Jovem, Proenergia e Apoio ao Microcrédito Bancário.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

As dotações para este programa são de 38,4 milhões de euros, totalmente suportado pelo Plano.

O único projecto deste programa é Sistemas de Incentivos e Apoio à Coesão.

As acções mais significativas deste projecto são os Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores – SIDER com uma dotação de 19,1 milhões de euros e os Apoios à Coesão e Parcerias Públicas – Privadas, com a dotação de 17,8 milhões de euros.

Programa 24 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos

Neste programa está prevista a execução de um conjunto diversificado de investimentos, quer os promovidos directamente, quer os que resultam da articulação com as administrações portuárias. O programa de investimentos para este sector encontra-se estruturado em 4 projectos. Estão previstas acções na área do tráfego de passageiros inter-ilhas, desde o apoio financeiro a embarcações de passageiros e construção de novos navios, ao arranque da construção do terminal marítimo e gare de passageiros do Porto de Ponta Delgada. Estão, ainda, previstos estudos sobre o transporte marítimo e acções de divulgação e de promoção do destino Açores no mercado de cruzeiros.

O programa com o total de 94,4 milhões de euros, sendo 40,1 milhões do Plano e 54,3 milhões de Outros Fundos.

Neste programa os projectos mais importantes são: Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas, com um total de investimento de 60,9 milhões de euros, sendo 32,8 milhões do Plano e 28,1 de Outros Fundos e as Infra-Estruturas Portuárias, com a dotação de 33,3 milhões, sendo 7,1 milhões do Plano e 26,2 de Outros Fundos. As acções mais significativas deste programa são Apoio a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Embarcações de Passageiros e Construção de Navios Novos, com a verba de 32,2 milhões de euros, totalmente suportado pelo Plano, Construção do Terminal Marítimo e Gare de Passageiros do Porto de Ponta Delgada, com um investimento de 28,5 milhões de euros, sendo 500 mil do Plano e 28 milhões de Outros Fundos e a Recuperação do Porto da Praia da Vitória com um total de verbas de 10,2 milhões de euros, sendo 1,9 milhões do Plano e 8,3 milhões de Outros Fundos.

Programa 25 – Desenvolvimento de Transportes Aéreos

Este programa é constituído por 4 projectos e um conjunto de acções que permitem alcançar os objectivos definidos para a área dos transportes aéreos, como aquisição de equipamentos aeroportuários, as remodelações e beneficiações nos Aeródromos Regionais, evidenciando-se a conclusão da empreitada de Requalificação e Modernização da Aerogare Civil das Lajes.

Estão previstas dotações financeiras para o cumprimento do contrato de obrigações de serviço público no transporte de passageiros inter-ilhas. São também contempladas acções e seminários com vista à divulgação e promoção do transporte aéreo nos Açores.

Este programa prevê um total de investimento de 50,8 milhões de euros, sendo 21,8 milhões do Plano e 29 milhões de Outros Fundos, destacando-se os projectos Infra-estruturas e Equipamentos Aeroportuárias com um montante de investimento de 37,1 milhões de euros, sendo 8,1 milhões do Plano e 29 milhões de Outros Fundos e Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-Ilhas, dotado com a verba de 11,1 milhões de euros integralmente inscrito no Plano.

Programa 26 – Consolidação e Modernização do sector Energético



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Este programa engloba o apoio à Agência Regional de Energia, para a participação em candidaturas a programas comunitários e na elaboração de um plano de eficiência energética, a promoção da utilização de recursos energéticos endógenos e a realização de estudos e projectos para o sector.

Destacam-se a elaboração de regulamentação específica no âmbito da reorganização do sector eléctrico da RAA e no âmbito do Programa Proenergia e a promoção de acções de informação e divulgação nos domínios da Utilização Racional de Energia e da Diversificação Energética. Está ainda contemplada uma acção para o pagamento de consumos anuais de iluminação pública das vias de comunicação terrestres regionais.

O programa 26 encontra-se dotado, no plano para 2007, com 955 mil euros, sendo o projecto mais relevante o Serviço Público Social com 620 mil euros.

AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA ECONOMIA

O Secretário Regional da Economia abordou todos os programas da sua competência. Sobre o turismo disse estarem previstas para 2007 novas ligações para a Áustria, Irlanda, Londres e Amesterdão. No comércio, apoio à loja em Lisboa para venda de produtos açorianos e armazém em Vila Franca de Xira. Na promoção do investimento, remodelação dos sistemas de incentivo. Nos transportes marítimos, aquisição dos novos barcos e infra-estruturas portuárias. Nos transportes aéreos, terceira fase da aerogare das Lajes.

A Deputada Ana Isabel Moniz fez perguntas sobre o Plano de Ordenamento Turístico dos Açores, contratos programa, campanhas publicitárias, INOVA, ATA, ENTA e renovação da frota da SATA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

O Secretário disse estar o POTA em fase de finalização, que os contratos programados aguardaram a aprovação do DLR, o INOVA tem obtido bons resultados e não tem problemas financeiros e que a renovação da frota da SATA será feita em 2007 e 2008 sendo a verba envolvida de 60 milhões de euros.

O Deputado António Marinho questionou sobre as verbas afectas à frota da SATA, construção do edifício sede da mesma empresa, , expectativas de crescimento para o turismo nos anos de 2006 e 2007, apoios ao empreendedorismo, entrada em funcionamento dos navios novos, reordenamento do porto da Horta e ampliação do aeroporto da Horta.

O Secretário respondeu que os outros fundos são da SATA, que são esperados crescimentos no turismo na ordem dos 5%, que os incentivos incluem apoio ao Empreendedorismo, que os navios novos serão entregues, conforme o contrato, o maior em Abril e o mais pequeno em Junho de 2008, que atendendo a que a ANA será privatizada até ao final do ano, está a ser estudada a forma de reestruturação do aeroporto da Horta. Relativamente, ao porto da Horta as verbas destinam-se à conclusão dos estudos, até final do presente ano.

O Deputado Jorge Macedo questionou sobre o que irá acontecer com o transporte marítimo de passageiros em 2007, a verba inscrita no projecto 24.1.1, equipamento de apoio à exploração dos portos, edifício do clube naval da horta e Hotéis das Flores e da Graciosa.

O Secretário respondeu que em relação ao Hotel da Graciosa o projecto já foi entregue na Câmara, que a ideia é a Sociedade Ilhas de Valor criar uma nova empresa e, através da banca, captar investidores privados. No que diz respeito



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

ao Hotel das Flores o projecto não foi bem compreendido pelos empresários locais, tendo sido explicado ser necessária uma unidade hoteleira de 4 estrelas e só depois fazer a promoção da ilha.

Ainda fizeram algumas perguntas os Deputados Jaime Jorge sobre o porto da Madalena e do Aeroporto do Pico, Deputado António Ventura sobre a construção do parque de exposições da ilha Terceira e o Deputado Lizuarte Machado sobre a ampliação do Clube Naval e o núcleo de recreio náutico das Lajes do Pico.

O Secretário disse que o porto da Madalena estava a ser estudado e que talvez no próximo ano fossem iniciadas as obras. Que o aeroporto deveria ficar pronto no próximo ano. Em relação ao parque de exposições o mesmo deverá ser concretizado pela SRAF. No que diz respeito ao núcleo de recreio o mesmo está a ser feito com a colaboração dos clubes navais.

VICE – PRESIDÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL PLANEAMENTO E FINANÇAS

Programa 28 – Planeamento e Finanças

Este programa contempla, por um lado, o financiamento de acções de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação das intervenções operacionais com co-financiamento comunitário, a cobertura de despesas em obras a realizar em instalações da administração pública, a bonificação de juros, nos termos do Decreto-Lei nº349/98, de 11 de Novembro, e o programa regional de apoio ao combate às térmitas. Este programa relaciona-se, ainda, com os fundos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

provenientes de processos de privatização, com a correspondente aplicação na reestruturação do sector público empresarial.

Este programa é composto por três projectos, sendo Planeamento e Finanças, o principal com uma dotação de 4,7 milhões de euros.

Audição do Senhor Secretário Regional Adjunto do Vice – Presidente do Governo Regional dos Açores

O Secretário fez o enquadramento do Orçamento para 2007. Disse ser este um orçamento de rigor, onde há a preocupação da manutenção do equilíbrio financeiro e do endividamento zero, no seguimento do que tem acontecido nos últimos 5 anos. As Despesas Correntes são as mais significativas no lado da Despesa, pese embora a contenção de 5% em relação à dotação de 2006, há que ter em consideração a necessidade do reforço nas transferências para SRS a fim de evitar os problemas de anos anteriores. O investimento público para 2007 é de 619,8 milhões de euros, ou seja mais 15,9% do que em 2006, sendo 377,5 milhões do Plano. Mais disse haver grande contenção nas despesas de deslocações, estudos e assessorias. Haver um acréscimo do plano para responder a questões urgentes e finais nas áreas de transportes marítimos e aéreos. Na desagregação espacial foi dada expressão às ilhas da coesão. As despesas desagregadas diminuem ficando-se apenas em 24%.

O Deputado António Marinho começou por considerar inaceitável a ausência do Vice-Presidente na Comissão, não aceitando como justificação da ausência questões de agenda dado a importância dos documentos em análise. Não deixou, no entanto, de elogiar a excelente exposição feita pelo Secretário Regional Adjunto da Vice-Presidência. Reportando-se aos documentos disse



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

que as preocupações do DLR sobre o Orçamento da Região para a contenção de despesas de funcionamento deveriam existir desde sempre. Perguntou como foi conseguido a redução de 5% nas despesas c/ Pessoal, se o aumento das transferências para o SRS de 4,5% é o suficiente para resolver a sub orçamentação na saúde, se na elaboração dos documentos em análise foi tida em linha de conta a nova LFR, afirmando que se a Lei não for aprovada os documentos terão de ser alterados, nomeadamente no que diz respeito ao IVA e às transferências. Acrescentou que, nas suas contas, as receitas próprias só cobriam as despesas de funcionamento em 92%

O Secretário disse que grandes partes das questões já tinham sido respondidas na explicação dada. Acrescentou que o aumento das transferências para o SRS será suficiente e que haverá um esforço de melhoria na gestão daquele serviço. Que 99% das viagens são compensadas por fundos comunitários. Nas restantes são concentrados objectivos e todas as viagens são, sempre, autorizadas pelo Presidente do GRA. Sempre houve contenção nos estudos e assessorias.

CAPÍTULO II

APRECIAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2007

1. Enquadramento do Orçamento para 2007

O Governo Regional dos Açores apresenta à A.L.R.A.A. uma Proposta de Orçamento para 2007 com um valor de 991,9 milhões de euros, sem contas de ordem, o que representa um acréscimo de 7,4% em relação ao ano de 2006.

Se forem adicionadas as contas de ordem, 263,3 milhões de euros, o valor global inscrito neste orçamento atinge os 1.255,2 milhões de euros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

O valor global do investimento é da ordem dos 619,8 milhões de euros. O valor de investimento contido no orçamento e da responsabilidade do Governo Regional é de 377,5 milhões de euros.

As principais fontes de financiamento do orçamento regional são as receitas próprias, as transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia. As receitas próprias representam 54% e as transferências do Orçamento do Estado e da União Europeia representam 38% e 8%, respectivamente. Face ao ano anterior, constata-se uma diminuição do peso relativo das receitas próprias da Região, por contrapartida de um aumento registado nas transferências do Orçamento de Estado e da U E.

1. ORÇAMENTO DA RECEITA

A receita total prevista para 2007, sem contas de ordem, atinge o valor global de 991,9 milhões de euros, mais 7,4% do que o orçamento de 2006.

As receitas efectivas atingem uma previsão global de 935,3 milhões de euros, mais 7% do que o correspondente valor orçamentado para o corrente ano.

As receitas próprias estão estimadas em 504,7 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 18,4% relativamente a 2006, englobando duas componentes principais – as receitas fiscais e outras receitas próprias.

Esta evolução está claramente influenciada pela alteração do modelo de afectação do IVA à Região, bem como, pelo pagamento total, em 2006, das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

dívidas do Governo da República referentes ao IRS e do IABA, de anos anteriores. Retirando o efeito destes factos, as receitas próprias previstas para 2007 registaram um acréscimo de 6,3%.

As receitas fiscais atingem uma provisão orçamental de 467,4 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 21,1% relativamente ao valor previsto em 2006. Deduzidos os já referidos efeitos, passa-se a ter uma taxa de crescimento de 4,2%.

Os Impostos directos atingem uma provisão orçamental de 166,7 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 12,6% relativamente ao ano corrente. Esta variação è explicada pelos comportamentos observados na evolução do IRS e do IRC entre 2006 e 2007.

Destes impostos o mais significativo é o IRS com estimativa de 118,2 milhões de euros, menos 20,1% face à estimativa de execução em 2006. Esta evolução resulta do facto da receita deste imposto, contemplar em 2006, verbas extraordinárias resultantes de pagamentos em dívida pelo Governo da República, no valor global de 13,2 milhões de euros, relativos às retenções efectuadas pelos funcionários de serviços do Estado sedeados na Região, entre 1998 e 2002. A taxa de crescimento para 2007 foi igual à prevista na proposta do Orçamento do Estado (+4,6%), e incidiu sobre a estimativa de execução no corrente ano, sem as verbas extraordinárias.

A receita do IRC está estimada em 48,2 milhões de euros, mais 13,2% do que o valor orçamentado em 2006.

Dos impostos indirectos, cuja provisão global é de 297,1 milhões de euros, menos 25,5% do que o valor orçamentado no corrente ano. Esta evolução,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

como já referido anteriormente, está influenciada pela alteração registada ao nível do IVA e pela liquidação total da dívida do IABA no montante de 10,2 milhões de euros, em 2006. A receita líquida estimada para 2007, líquida dos referidos efeitos, prevê um crescimento de 4,8% relativamente ao ano anterior.

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) atinge uma previsão orçamental de 180,6 milhões de euros, tendo implícita uma taxa de crescimento de 3,7%, igual à prevista no OE, a qual reflecte a alteração do modelo de transferências deste imposto, prevista para o próximo ano. Esta previsão correspondente ao IVA efectivamente gerado na Região, estando prevista uma componente, no valor de 112,8 milhões de euros, nas transferências do OE, que compensam integralmente a Região em resultado da alteração introduzida no novo método de afectação da receita do IVA.

As Outras Receitas Próprias atingem uma estimativa global de 37,3 milhões, mais 9,7% do que o correspondente valor de execução previsto para o corrente ano.

As transferências do Orçamento do Estado atingem, em 2007, uma previsão orçamental de 355,5 milhões de euros, mais 55,2% do que o valor orçamentado em 2006.

Esta evolução fortemente positiva está, naturalmente, influenciada pelo reforço das verbas a transferir, a título de solidariedade e da coesão, nos termos da nova fórmula prevista na proposta de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no montante de 13,3 milhões de euros, por uma transferência extraordinária decorrente do reconhecimento, por parte do Governo da República, da existência de uma dívida associada ao valor das transferências do Orçamento do Estado efectuadas em anos anteriores, cuja primeira parcela



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

ascende a 14,9 milhões de euros, e pelo novo modelo de transferência do IVA para a Região, nos termos previstos na referida proposta de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no montante de 112,8 milhões de euros.

As transferências do Orçamento do Estado efectuadas a título de solidariedade nacional atingem o valor de 167,4 milhões de euros, mais 11,8 milhões de euros do que o valor do corrente ano.

Como já referido, para o ano de 2007, é transferida uma verba extraordinária no valor de 14,9 milhões de euros, correspondente a uma parcela de um acerto global de 90 milhões de euros, desde há vários anos reclamado pelo Governo Regional, referente à errada aplicação da LFRA, entre 1998 e 2005, e finalmente assumido pelo Governo da República.

Ainda, no âmbito das transferências do Orçamento do Estado, está orçamentada uma verba de 4,5 milhões de euros, destinada a compartilhar os encargos com a reconstrução das habitações danificadas pelo sismo de 1998.

O valor previsto de transferências provenientes da União Europeia a receber em 2007 atinge os 167,6 milhões de euros, dos quais, 75 milhões de euros respeitam ao co-financiamento de projectos de investimento directamente executados pelo Governo Regional e 92,6 milhões de euros, estão consignados a projectos desenvolvidos por outras entidades e, como tal, inscritos em contas de ordem.

Para os investimentos da responsabilidade directa do Governo Regional, está previsto um co-financiamento de 75 milhões de euros, sendo 69 milhões de euros, respeitantes à comparticipação comunitária do FEDER e, os restantes 6 milhões de euros, do Fundo de Coesão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Este montante resulta do aumento muito significativo das verbas disponíveis no âmbito do próximo período de programação financeira comunitária – QREN 2007-2013, que irá disponibilizar nesse período 1.532 milhões de euros, sendo 1.157 milhões de euros, no âmbito dos fundos estruturais (FEDER + FSE), 274 milhões de euros, no âmbito do FEADER, para financiamento de investimentos no âmbito do desenvolvimento da agricultura, 70 milhões de euros, do Fundo de Coesão e 31 milhões de euros, no âmbito do fundo de desenvolvimento das pescas.

Estas dotações representam um aumento de 311 milhões de euros, isto é, mais 25,4% do que o valor do quadro comunitário anterior. A componente referente aos fundos estruturais (FEDER + FSE) regista o maior aumento, mais 266 milhões de euros, o que significa um acréscimo de 29,9%.

O montante das contas de ordem integra 25,9 milhões de euros, correspondentes a receitas próprias dos Fundos e Serviços autónomos e 237,4 milhões de euros, consignados a diversas entidades.

3 – ORÇAMENTO DA DESPESA

O valor global da despesa estimada para o ano de 2007 atinge os 1.255,2 milhões de euros, mais 6,5% do que o valor de 2006, dos quais, 263,3 milhões de euros, respeitam a contas de ordem.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

A análise à despesa é efectuada nos termos das respectivas classificações que a Lei de Enquadramento do Orçamento da Região impõe, nomeadamente, a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.

As despesas correntes representam 45,9% do total das despesas, seguindo-se as despesas do plano com 31,7% e as despesas de capital com 0,2%.

As **despesas correntes** ascendem a 546,5 milhões de euros, sendo que as despesas com pessoal (273,3 milhões de euros) e as transferências correntes (234,5 milhões de euros), representam, no seu conjunto, 92,92% daquele valor. As despesas com pessoal apresentam um crescimento de 0,2% em relação ao valor revisto do corrente ano. Por seu turno, as transferências correntes apresentam um crescimento de 2,3% relativamente ao valor revisto do corrente ano. Esta evolução foi claramente influenciada pela taxa de crescimento de 4,5% aplicada às verbas destinadas ao SRS.

Os encargos correntes da dívida estão orçados em 10,5 milhões de euros, mais 16,7% do que o montante da dotação actual. Esta taxa de crescimento decorre, exclusivamente, da evolução esperada das taxas de juros nos mercados financeiros, uma vez que não haverá alteração do “stock” da dívida directa da Região, em 2007.

O quadro que se segue demonstra as rubricas que compõem as despesas correntes, os seus valores em milhões de euros bem como a sua contribuição percentual para o total desta despesa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Despesas correntes	Dotação em milhares de euros	%
Despesas com pessoal	273.274,5	50,01%
Transferências correntes	234.461,1	42,91%
Encargos correntes da dívida	10.500,0	1,92%
Outras despesas correntes	28.213,10	5,16%
TOTAL	546.448,70	100%

As **despesas de capital** assumem o valor de 2,3 milhões de euros, menos 0,2 do que o valor revisto para 2006. Do montante global destas despesas merece especial destaque os 1,4 milhões de euros de aquisição de bens de capital.

As **despesas de funcionamento** (despesas correntes mais despesas de capital) ascendem a 548,8 milhões de euros, representando um acréscimo de 1,3 % em relação ao ano de 2006, sendo constituídas na sua quase totalidade pelas despesas correntes (99,6%).

As **despesas do plano** totalizam 377,5 milhões de euros o que representa um crescimento de 15,9% em relação ao ano transacto.

4 – ORÇAMENTO DOS FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

O valor orçamentado para os Fundos e Serviços Autónomos (FSA) ascende a 358,5 milhões de euros dos quais 63,7% são afectos aos FSA tutelados pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com especial relevo para os hospitais do Divino Espírito Santo (22%), de Santo Espírito (15,0%), e Centro de Saúde de Ponta Delgada (12,8%). Dos restantes fundos que representam, no seu conjunto, 36,3% do total, destacam-se os tutelados pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, Secretaria Regional da Educação e Ciência e a Secretaria Regional da Economia.

Das despesas globais dos FSA e tendo em conta a classificação funcional, as despesas de carácter social são as de maior relevância, representando 70,4% do total, seguindo-se as funções económicas (22,1%) das outras funções (4,1%) e por último, das funções gerais de soberania (3,4%). De entre as despesas correntes dos FSA, merecem especial destaque as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços correntes, que representam 86,8% do total destas.

Analisando agora a estrutura de receitas do FSA, concluímos que as receitas correntes representam 82,9% das receitas totais. Por seu turno as receitas de capital representam apenas 15,4% da receita total. Do total das receitas correntes, 82,4% é proveniente de transferências correntes.

5- ENDIVIDAMENTO E GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A Região Autónoma dos Açores ficou, uma vez mais, impossibilitada de contrair empréstimos, incluindo todas as formas de dívida que originassem um aumento do seu endividamento líquido.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

No decorrer do 3º trimestre de 2006, a Região procedeu a uma operação de refinanciamento da sua dívida, no valor de 49,8 milhões de euros, junto do Depfa Bank, plc.

Para 2007, e a semelhança dos últimos quatro anos, a Região não prevê aumentar o seu stock de dívida pública.

O Governo apresenta, para 2007, um plafond de Avals de 90 milhões de euros, montante inferior em 20 milhões ao do corrente ano.

No corrente ano, a Região apenas concedeu um aval, à SPRHI, S.A. no montante de 36 milhões de euros, como a mesma empresa liquidou empréstimos avalizados no montante de 13,8 milhões de euros, regista-se um aumento líquido de 22,2 milhões de euros.

As responsabilidades líquidas de avals concedidos pela Região, nos últimos três anos, têm registado uma redução na sua utilização, a qual passaram de 148,7 milhões de euros, em 2004, para 120,7 milhões de euros, em 2005 e apenas 21,6 milhões de euros, no corrente ano.

PARECER

Após a análise dos documentos a Comissão deliberou dar parecer favorável, por maioria à Proposta de Plano e Orçamento para 2007, com os votos a favor dos Deputados PS e a abstenção dos Deputados do PSD, que reservaram a sua posição final para o Plenário.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Ponta Delgada, 13 de Novembro de 2006

O Relator

(Henrique Correia Ventura)

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos a favor dos Deputados do PS e os votos contra dos Deputados do PSD.

Declaração de voto: Os Deputados do PSD votaram contra o relatório por não concordarem com os juízos valorativos emitidos no mesmo.

O Presidente

José de Sousa Rego

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses



Parecer da CGTP-IN/Açores Sobre o Plano Regional Anual 2007 para a R. A. dos Açores

I - Apreciação Geral

A CGTP-IN/Açores constata, uma vez mais, que os documentos do Governo Regional, no que respeita ao Plano Regional Anual 2007, não apresentam um balanço sistematizado dos níveis de cumprimento dos objectivos e das acções anteriormente delineados. É uma situação lamentável que importa que seja ainda acautelada na versão final da Proposta.

Este esforço deveria ser seriamente empreendido com vista a possibilitar às entidades representadas no Conselho Regional de Concertação Estratégica a emissão de parecer mais fundamentado e mais aderente à realidade e às necessidades da Região Autónoma dos Açores.

Isso contribuiria não apenas para uma maior capacitação dos parceiros sociais e do próprio Governo Regional na identificação das debilidades, mas sobretudo, propiciaria um diálogo mais profundo e enriquecedor sobre as medidas de política capazes de potenciarem um maior desenvolvimento económico e social da Região dos Açores.

Ainda assim, a CGTP-IN/Açores sublinha os resultados relativos alcançados na Região, seja em termos de aproximação do PIB per capita dos Açores com o da média da U.E. a 25 (61,1%) e com o da média nacional (84%).

Ainda que os Açores detenham uma das taxas mais baixas de desemprego do país (4,1% em 2005), é um facto que se tem assistido, a partir de 2001, a uma subida gradual da taxa de desemprego (de 2,3% em 2001 para 4,1% em 2005), situação com a qual a CGTP-IN/Açores não pode deixar de exprimir a sua preocupação e reclamar medidas que invertam esta tendência.



II – Apreciação específica

O Plano Regional Anual 2007

O documento analisa os principais aspectos da situação económica e social da região e desenvolve as políticas sectoriais para 2007, em termos dos objectivos e áreas de intervenção das políticas públicas e do investimento público.

1. Situação da economia internacional e da economia europeia

Na Ante-Proposta de Plano para 2007, referem-se estimativas¹ para o crescimento da produção mundial da ordem dos 5% e para o crescimento do comércio da ordem dos 8%.

A incerteza associada à evolução dos preços do petróleo e, a médio prazo, a correcção dos desequilíbrios macro-económicos nos EUA, são referenciados como os principais riscos associados a essas previsões.

A nível europeu, as estimativas mais recentes de crescimento da produção na Área do Euro rondam agora valores de 2,4% em 2006 e de 2,0% em 2007². Estas revisões embora em ligeira alta do crescimento económico, mantêm a perspectiva de um abrandamento da economia europeia em 2007 face ao corrente ano.

A China continua a contribuir favoravelmente para o crescimento mundial, já que nos anos de 2006 e 2007 as estimativas de crescimento da produção rondam valores da ordem dos 10%.

Em 2007, as taxas de desemprego na Europa continuarão a níveis bastante superiores aos dos Estados Unidos (da ordem dos 8,2% contra 5,1%). No caso da inflação, em 2007, a Europa registará taxas ligeiramente superiores às dos EUA, mas ambas em desaceleração face a 2006 pelo impacte do abaixamento dos preços do petróleo.

¹ De acordo com o Relatório do Orçamento de Estado para 2007 e das previsões de Outono da Comissão Europeia (pg 59 e 60)

² De acordo com o Relatório do Orçamento de Estado para 2006 (pg 33).



2. A economia nacional: Enquadramento de acordo com a apreciação do Orçamento do Estado para 2007

A CGTP-IN está convicta de que o problema do país não é a política orçamental, mas antes a incapacidade do Governo para definir e concretizar uma estratégia de desenvolvimento. É necessário definir prioridades, tendo em conta a difícil situação que o país atravessa, para depois atribuir recursos financeiros necessários para alcançar os objectivos previstos.

A CGTP-IN tem desde há muito apresentado propostas concretas para uma política de desenvolvimento. Assegurar um crescimento económico significativo, não inferior a 3%, é essencial, designadamente para assegurar níveis elevados de emprego, mesmo que não seja só por si suficiente para assegurar o desenvolvimento económico e social do país. Porém, a economia apresentou crescimentos muito fracos nos últimos 6 anos, que nos fizeram divergir da média europeia. A proposta de OE para 2007 é de continuidade e mantém o movimento de divergência do país com a União Europeia.

No entender da CGTP-IN o OE deveria responder com medidas de mobilização de recursos e de vontades que suportem políticas de investimento capazes de produzir as mudanças necessárias no país. Dar prioridade ao tecido produtivo, ao emprego e salários, dinamizar a contratação colectiva e valorizar os direitos dos trabalhadores e concretizar políticas sociais avançadas que reduzam as desigualdades sociais devem constituir as bases para um crescimento sustentado e para a elevação da produtividade. O OE apresentado não se suporta num enquadramento destes objectivos.

A defesa dos postos de trabalho travando os encerramentos de empresas e as deslocalizações, a modernização das estruturas produtivas com aproveitamento dos recursos e valorizações das produções nacionais, a valorização das políticas industriais, o reforço do investimento público e privado e o fim de uma política de privatizações quer no âmbito empresarial quer na Administração Pública, são políticas indispensáveis, mas o OE não as perspectiva nem incentiva.

No entanto, a proposta de OE representa um orçamento de continuidade e contém um crescimento de 1,8%, mas é de temer que esse objectivo não seja sequer alcançado, sobretudo porque:



- Não há uma política de desenvolvimento que assegure um crescimento sustentado. Acresce que o crescimento do PIB é suportado sobretudo por um forte crescimento das exportações, o que tendo em conta a diminuição do ritmo de crescimento das economias europeias, dificilmente será atingido.
- O aumento das exportações proposta assenta na redução dos custos unitários do trabalho suportada por uma política de baixos salários e num modelo de desenvolvimento ultrapassado;
- Existem razões para pensar que a alta do preço de petróleo vai continuar a afectar negativamente a nossa economia ³;
- Os valores do investimento público (PIDDAC) sofrem uma quebra muito significativa: a preços de 2007, o financiamento do Capítulo 50 do Orçamento do Estado é de menos 303 milhões de euros do que em 2006, o que representa uma quebra de 15% em termos reais e de 12,9% em termos nominais.

A consequência deste insuficiente nível de crescimento económico será a incapacidade de ser estimulado o crescimento do emprego. Nesta matéria, a proposta de Orçamento prevê a manutenção da elevada taxa de desemprego em 2007 (7,5% em 2007 contra 7,6% em 2006).

3. A situação da Região dos Açores

A Ante-Proposta do Plano para 2007 refere uma evolução favorável da economia regional nos últimos anos, ainda que o PIB per capita nos Açores, em 2003, tenha sido de 84% do valor médio nacional (70% no período 1995-98, 75% em 1998-2000 e 83% em 2002).

A CGTP-IN/Açores, embora registando a evolução positiva considera que deverão ser feitos esforços no sentido da diminuição da diferença dos níveis que nos separam do Continente quanto à produção da riqueza por habitante. Como se refere no documento, existe ainda

³ O pressuposto do preço do barril de petróleo para 2006 é de 66.7 dólares, conforme declarações do Ministro das Finanças.



um potencial de crescimento na R.A. dos Açores quer em termos de actividade da população quer em termos de produtividade.

No que respeita à inflação a evolução é menos positiva, embora se refira no documento que "a taxa de inflação na Região tem apresentado valores baixos e enquadrados na tendência geral do país e da Europa comunitária".

Ainda que na Ante-Proposta nada se refira sobre as previsões da inflação na Região, para 2006 e 2007, será razoável esperar que o impacto do aumento dos preços do petróleo ainda se continuará a fazer sentir de forma mais agravada na RAA, o que não poderá deixar se ser tomado em consideração pelo Governo e Associações Empresariais na definição das políticas salariais tanto no sector público como no sector privado.

Também a evolução de algumas variáveis económicas indiciam algumas dificuldades crescentes ao nível do investimento, nomeadamente no que se refere ao abrandamento do ritmo do crescimento da habitação (em 2005, as licenças concedidas para habitação foram ainda inferiores em 8,4% às do ano de 2001, o mesmo se passando nas licenças para obras, com uma diminuição de 7,9%; entre 2001 e 2005, o consumo de cimento diminuiu 2,4% e a produção local de cimento, no mesmo período, baixou 14,8%⁴).

As medidas de políticas sectoriais, constantes no Plano para 2007, inserem-se na continuidade do que tem sido feito nos anos anteriores.

Não podem deixar de ser salientados os baixos níveis de aproveitamento escolar que se têm verificado, ao longo dos últimos anos, no 12º ano. Como se refere no documento do Governo, o aproveitamento escolar no ano terminal do Ensino Secundário tem sido sempre inferior aos 40%, atingindo apenas os 44,6% no ano lectivo de 2003/2004⁵. Apesar da ligeira evolução positiva verificada

⁴ Embora entre 2004 e 2005, as licenças para habitação, para obras e consumo de cimento tivessem aumentado ligeiramente torna-se preocupante que as importações de cimento naquele período tenham aumentado 12,5%, importando-se em 2005 mais cerca de 20 mil toneladas do que em 2004.

⁵ Nos anos lectivos de 2000/01, 2001/02, 2002/03 e 2003/04, os níveis de aproveitamento no ano terminal do Ensino Secundário (12º ano) foram de 41,9%, 49,4%, 45,5% e 44,6%, respectivamente.



em 2004/2005, em que o nível de aproveitamento escolar foi de 54,1%, aumentando assim em cerca de 10 pontos percentuais face ao ano anterior, é um facto que esta situação afectará gravemente o futuro dos jovens e o desenvolvimento da própria Região e torna indispensável por parte do Governo Regional o reforço em Programas de actuação específica para reduzir o elevado insucesso escolar.

A CGTP-IN/Açores salienta, por último, que tal como em anos anteriores não se referem quaisquer aspectos quanto à política salarial para 2007. Esta matéria deveria ser referenciada na Proposta de Plano para 2007 de modo a evidenciar as intenções do Governo Regional. Por outro lado, seria de toda a conveniência serem fornecidos elementos, pelo documento em análise, sobre a evolução recente das políticas salariais e de repartição do rendimento na RAA.

A CGTP-IN/Açores sublinhou no ano anterior a importância da preparação cuidada e atempada do novo Quadro de Ajudas da União Europeia, em colaboração com o Governo da República.

O facto é que estamos a 2 meses do início do novo Quadro Comunitário e não se conhecem ainda os Programas Operacionais. As informações disponíveis apontam para atrasos que se verificam na preparação e montagem de toda a logística para o arranque do novo Quadro Comunitário. Também se justificaria que o Governo Regional reforçasse as acções específicas junto dos agentes económicos, para potenciar a utilização máxima dos fundos disponíveis para o desenvolvimento económico e social da Região.

Finalmente, seria de toda a conveniência o reforço da eficácia do acompanhamento da execução de forma a tornar possíveis eventuais alterações para se conseguir maximizar o impacte positivo dos fundos comunitários na Região dos Açores, em proveito da economia regional e dos Açorianos.

Ponta Delgada, 27 de Outubro de 2006

Câmara do Comércio e Indústria dos Açores



PLANO 2007 - PARECER

No seguimento do parecer emitido pela Câmara do Comércio e Indústria dos Açores sobre o Plano Regional Anual 2007 que pretendia analisar a situação regional no seu todo, consideramos importante realçar os seguintes aspectos exclusivos da nossa área de intervenção:

Aerogare Civil das Lajes

Relativamente à Aerogare Civil da Base das Lajes, e em conformidade com um anterior comunicado da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, esta infra-estrutura não pode transformar-se num factor limitativo de crescimento. É fundamental que exista uma maior utilização deste aeroporto, pois os investimento já realizados e a realizar pelo tecido empresarial não se coadunam com os diversos constrangimentos que a estrutura apresenta.

É importante aumentar as escalas técnicas, o que só será possível, com a ampliação da placa de estacionamento das aeronaves, criando assim uma maior dinamização e crescimento sustentável da própria Região. Além disso é fulcral que se transfira e se redimensione o terminal de carga daquele aeroporto, para terrenos próximos.

A cativação de novas operações no aeroporto civil das Lajes, também só será possível mediante a aplicação de uma política de incentivos idêntica à praticada pela ANA em outros aeroportos do País, por forma a reduzir as taxas aplicadas às companhias aéreas e promover o destino.

Cais Comercial e Núcleo de Recreio Náutico

Deverá ser revisto o projecto e afecta uma verba maior para a construção do núcleo de recreio náutico das Velas de São Jorge, uma vez que já se prevê que o projecto actual não irá garantir as necessidades de turismo, pois a capacidade de estacionamento será preenchida por barcos locais e ainda quanto ao Cais Comercial, já deveria estar previsto a verba referente aos estudos necessários para a ampliação do cais acostável.

Ecoteca

Em relação à Rede Regional de Ecotecas, deverá ser esclarecido se a verba afecta para a Ecoteca de São Jorge prevê a concretização do projecto do Ecomuseu, uma vez que se trata de uma iniciativa assumida publicamente pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e reveste-se de importância fundamental para o desenvolvimento turístico daquela ilha.

Com os nossos cumprimentos.

A Direcção

Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo
Rua da Palha nº 4/14
9700-144 Angra do Heroísmo - Açores - Portugal

**Associações da Área da Igualdade de Oportunidades
para Mulheres e Homens**

PARECER

Tendo-nos sido solicitado parecer relativamente à Anteproposta do Plano Regional para 2007, temos a dizer o seguinte:

Ao contrário do que já aconteceu em anos anteriores, nomeadamente em 2005, não houve neste plano a inclusão de um item alusivo ao apoio às vítimas de violência doméstica, não obstante a necessidade imposta pelo Plano Nacional contra a Violência Doméstica em se trabalhar especificamente nesta área. Nestes termos, não se contemplam um conjunto integrado de medidas que visem melhorar o apoio a este tipo de vítimas, nomeadamente, medidas específicas na área da habitação. De facto, a existência de casas-abrigo, pelas suas características específicas, nomeadamente a permanência meramente temporária, não é, por si só, suficiente para colmatar as necessidades, infelizmente, existentes na área da habitação.

Impunham-se assim medidas mais concretas e específicas que visassem integrar estas mulheres e os/as seus filhos/as em programas específicos de habitação social, permitindo-se, por exemplo, a existência de quotas de atribuição deste tipo de habitação.

Neste sentido, somos de opinião que deverá o anteprojecto ser alterado, acrescentando-se dentro do capítulo "Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades" um item relativo às questões da igualdade e da violência.

Ponta Delgada, 27 de Outubro de 2006.

A UMAR, enquanto Representante das Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para Homens e Mulheres no CRCE.

Sandra Pacheco, advogada da UMAR

Clarisse Canha, Direcção da UMAR, membro efectivo no CRCE

Sandra Aguiar, Direcção da UMAR, membro suplente no CRCE

Universidade dos Açores



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Parecer

O Plano Regional Anual para 2007 está bem estruturado e constitui um documento imprescindível ao desenvolvimento sustentado da Região Autónoma dos Açores.

No que diz respeito à Universidade dos Açores, existem vários aspectos a ter em consideração.

- 1- O relacionamento que tem vindo a existir entre o Governo Regional dos Açores e a Universidade, no que concerne ao Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia, constitui, por razões óbvias, um aspecto fulcral para o desenvolvimento do arquipélago.
- 2- No que se refere às Pescas, o documento refere o seguinte: "importa continuar com as parcerias estabelecidas com o Departamento da Universidade dos Açores especializado na área das pescas, no âmbito de projectos de investigação que contribuam para o desenvolvimento de ferramentas que melhorem a gestão sustentável dos nossos recursos " (p. 48).
- 3- Um outro aspecto que se reveste de grande relevo para a Universidade e para o Governo Regional prende-se com a promoção do investimento e da coesão, na medida em que, lê-se no Plano, "vai ser prestada uma particular atenção ao fomento do empreendedorismo, através da concessão de apoios no âmbito do Empreende-Jovem-Sistema de incentivos ao Empreendedorismo, pelo qual se pretende incrementar uma nova cultura empresarial

baseada no conhecimento e na inovação e aproximar as universidades e as escolas tecnológicas e profissionais do mundo empresarial” (p.53).

- 4- No que diz respeito à Protecção Civil, tem havido, ao longo dos anos, uma estreita colaboração entre a Universidade dos Açores e o Governo Regional, designadamente no âmbito da formação e informação. Como é referido na pág. 148 do Plano, está previsto o reforço de parcerias com a Universidade na área da Protecção Civil.

Como é evidente, existem outras áreas de cooperação entre a UAÇ e o G.R.A., como a Agricultura, por exemplo, e que merecem toda a nossa atenção.

- 5- Como é também referido na pág. 40 do Plano, o G.R.A. reforça ainda, em 2007, o seu programa de apoio ao desenvolvimento tripolar da UAÇ, ao participar as obras de construção do edifício para os Serviços de Acção Social de Angra do Heroísmo e o projecto de desenvolvimento das futuras instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas, na Horta (500.000 euros).

Por outro lado, lê-se na pág. 91 do mesmo Plano, que o G.R.A. apoia a tripolaridade da UAÇ através da comparticipação nas despesas de funcionamento (350.00 euros).

A Universidade dos Açores aguarda apenas que assuma expressão orçamental o cumprimento do compromisso assumido pela Secretaria Regional da Educação e Ciência relativo ao financiamento dos cursos do pólo de Angra do Heroísmo que tenham menos de 20 alunos inscritos.

**Personalidades de reconhecido mérito nas
áreas de competência do Conselho**

José Leovigildo Sousa Azevedo
Boeiro – Santo Antão
9875 – 011 SANTOANTÃO
São Jorge

Exmº Senhor
Dr. Carlos Maia Machado
Ilustre Secretário- Geral do Conselho
Regional de Concertação Estratégica
R. Dr. José Bruno Tavares Carreiro, s/n
4º Andar
9500 – 119 PONTA DELGADA

Calheta, 23 de Outubro de 2006

Assunto: REUNIÃO PLENARIA DO DIA 06 DE OUTUBRO.
ANTE-PROPOSTA DE PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2007 E PROPOS-
TA DE RESOLUÇÃO PARA OS MONTANTES DO COMPLEMENTO REGIONAL
DE PENSÃO E DA REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR REGIONAL PARA 2007.

Relativamente aos documentos debatidos na última reunião do Conselho Regional de Concertação Estratégica e após análise dos mesmos, tenho a honra de comunicar a V. Exª a minha concordância com os respectivos conteúdos.

Melhores cumprimentos

José Leovigildo Sousa Azevedo

CONSELHOS DE ILHA

Conselho de Ilha da Graciosa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA
9880-352 SANTA CRUZ DA GRACIOSA – AÇORES

Exmº Senhor
Director Regional de
Estudos e Planeamentos do Açores
Caminho do Meio, 58 – São Carlos
9701-853 Angra do Heroísmo
Fax nº 295 206381

Nº 117

2006-10-26

ASSUNTO: “ANTE-PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2007”

Conforme solicitado por V. Exª, junto remeto o parecer do Conselho de Ilha da Graciosa, acerca do assunto em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Conselho de Ilha da Graciosa

Luís Manuel de Lemos Reis

DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO	
Entrado em	27 de Outubro de 2006
Registo Nº	3313 Proc. Nº 3/04



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

9880-352 SANTA CRUZ DA GRACIOSA - AÇORES

[Handwritten signatures and initials]

CONSELHO DE ILHA DA GRACIOSA

----- No dia vinte e seis do mês de Outubro do ano dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Ilha da Graciosa, em sessão ordinária, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, com a seguinte ordem de trabalhos: Primeiro Ponto – Parecer sobre a ante-proposta do Plano Regional Anual para 2007 do Governo da Região Autónoma dos Açores; Segundo Ponto - Atribuições conferidas pela alínea g) do nº 1 do artigo 18º do Decreto Legislativo Regional nº 21/99/A de 10 de Julho.-----

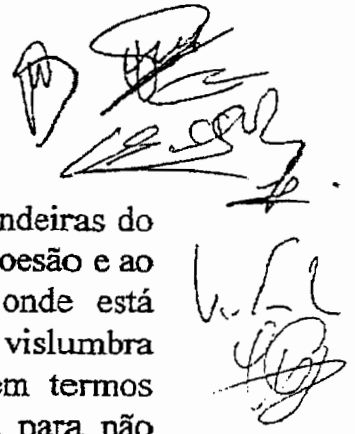
-----Verificado o quórum constatam-se as presenças de Luís Manuel de Lemos Reis, José Ramos de Aguiar, Carlos Silveira do Canto Brum, Victor Manuel de Melo Fonseca Mendes, Tomás Cunha Picanço, Manuel António da Silva Ataíde Silveira, Valdemiro Manuel Melo Santos e João Manuel Teixeira Bettencourt-----

----- Faltaram os senhores Luís Henrique Silva, Valdemiro Adolfo Santos Vasconcelos, Euclides Diamantino Ferreira Carquejo e João Manuel Mendonça-----

----- Os Deputados Regionais não estiveram presentes.-----

-----O Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente um ofício enviado pela Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores solicitando o parecer deste Conselho de Ilha, sobre a Ante-Proposta do Plano Regional Anual para 2007. -----

----- Ponto Um – Parecer sobre a ante-proposta do Plano Regional Anual para 2007 do Governo da Região Autónoma dos Açores: O Presidente da Câmara, José Ramos Aguiar, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção: Analisando o Plano Regional Anual / 2007, no que à Ilha Graciosa diz respeito, constata-se que o mesmo fica aquém das expectativas criadas pelo Governo Regional dos Açores no capítulo dos investimentos na nossa ilha defraudando assim os legítimos anseios dos



Graciosenses.

Por outro lado, é de todos sabido que uma das grandes bandeiras do Governo Regional foi a criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico para algumas ilhas da Região onde está incluída a Ilha Graciosa. Contudo, e através deste plano não se vislumbra que essa discriminação positiva exista, desde logo porque em termos globais e percentuais tudo se tem mantido praticamente igual, para não dizer que tem piorado, ou seja, em 2003 tínhamos 3,25% do total do plano, em 2005 2,41%, em 2006 2,91% e para 2007 2,74%, assim não se pudera falar de coesão.

Por outro lado e concretizando a afirmação atrás proferi, de que este plano fica aquém das expectativas criadas pelo Governo, quero salientar que foi o Governo Regional, aquando da sua visita estatutária á nossa ilha, em comunicado de 04 de Julho p.p. assumiu os compromissos de:

- "Autorizar a abertura do concurso público para a realização da empreitada de infra-estruturas do loteamento da Fonte do Mato (II fase), no valor de € 100.000,00, destinado à construção de 19 moradias."

- "Apoiar o processo de transformação da Adega Cooperativa da Graciosa em Organização de Produtores com carácter polivalente, bem como a modernização dos seus processos de vinificação."

- "Desencadear os procedimentos necessário a uma intervenção de melhoria do Caminho Rural da "Canada do Sul" (Luz-Santa Cruz), através da realização de uma empreitada de obras públicas para execução do respectivo piso em betão betuminoso e construção da rede de drenagem."

- "Desencadear o processo de ordenamento e requalificação do "Parque Florestal da Caldeira", melhorando as suas infra-estruturas e dotando-o de um centro de divulgação florestal, sinalética e de um percurso pedonal no sentido de permitir um melhor usufruto das suas potencialidades paisagísticas, turísticas e ambientais."

- "Autorizar a abertura do concurso público para a adjudicação da empreitada de construção do entro de Apoio aos visitantes da Furna do Enxofre, com o preço base de €356.470,00, e com o prazo de execução de oito meses."

- "Instruir a Lotaçor, S.A. para desenvolver, na área do porto de pescas da Praia, os projectos de 32 casas de apresto, de uma nova lota e de um edifício de apoio ao funcionamento da Associação de Pescadores da Ilha Graciosa, de forma a ficarem devidamente enquadrados na zona envolvente."

Analisando o plano nem estes compromissos assumidos pelo Governo, e que são importantes para a Graciosa, encontram cobertura orçamental.

Pelos factos atrás descritos não podemos estar satisfeitos com esta proposta de plano e por isso esperamos que a mesma seja reforçada no que

à nossa ilha diz respeito, mais que não seja para dar cumprimento aquilo que o Governo oficialmente assumiu.

Por ultimo, estranhamos ainda que nesta proposta o objectivo 15, programa "Promoção do Investimento e da Coesão", projecto "Sistemas e Incentivos e apoio à Coesão" tenha diminuído se comparado com o ano de 2006, quer isto dizer que a continuar-se nesta linha, a ilha Graciosa ficará cada vez mais longe do bem-estar pretendido para os Graciosenses. Os membros do Conselho de Ilha concordaram com a intervenção do Presidente da Câmara e salientaram que uma das principais prioridades de intervenção na Ilha Graciosa são os transportes, quer marítimos de carga e passageiros, que pela pouca assiduidade não servem a Ilha, quer nas ligações aéreas que deviam escalar a Graciosa todos os dias da semana, durante todo o ano. Ainda no que concerne aos transportes marítimos, e tendo em conta que se prevê a construção de novas embarcações, pelo Governo Regional, para ligações inter-ilhas seria de acautelar a possibilidade destas embarcações poderem navegar durante todo o ano e que as mesmas tivessem a possibilidade de transportar carga no sistema de "roll on roll off".-----

----- Ponto Dois - Atribuições conferidas pela alínea g) do nº 1 do artigo 18º do Decreto Legislativo Regional nº 21/99/A de 10 de Julho: Victor Mendes pediu a palavra para propor que o regulamento municipal que obriga a utilização de certos materiais de construção seja revisto, uma vez que já existem novas soluções de construção que não estão contempladas no referido regulamento, tendo o Presidente da Câmara referido que esta situação será analisada e se possível revista.-----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão do Conselho de Ilha da Graciosa e elaborada a presente acta que, depois de lida em voz alta e aprovada, irá ser assinada por todos os presentes. -----

Victor Mendes

João António da Costa

Francisco de Sousa

Henrique António Silva

Vallinice Manuel dos Reis Santos

José Ramos de Sousa

V. J. R. R. R. R.

João Manuel Vieira Patrão

Conselho de Ilha de S. Jorge

CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

PARECER SOBRE A ANTEPROPOSTA DE PLANO REGIONAL PARA 2007

O Conselho de Ilha reunido, na Sala das Sessões dos Paços do Concelho do Município da Calheta, no dia 23 de Outubro do corrente ano, deliberou por unanimidade congratular-se com o volume de investimento definido para a ilha de S. Jorge na anteproposta de Plano Regional para 2007, ficando a aguardar a sua execução.

No entanto o Conselho entende que vários investimentos em áreas consideradas de importância fundamental, deveriam estar contemplados na anteproposta de plano, tais como:

1. PORTO COMERCIAL DE S. JORGE – É de vital importância o arranque deste investimento para que deixe de haver o estrangulamento no porto em dias que estão a operar mais do que uma embarcação;
2. AEROGAR DO PORTO DA CALHETA – Tem-se verificado que a solução encontrada para a venda de bilhetes e informações aos passageiros não poderá manter-se, uma vez que além de não ter o mínimo de condições não dignifica em nada a nossa Ilha.
3. PORTO DO TOPO e PORTO DA FAJÁ DO OUVIDOR – Em todas as visitas do Governo à Ilha os sucessivos Conselhos de Ilha tem-se debatido pela solução deste problema. O Conselho entende que estes dois portos deverão ser objecto de investimento do Plano para 2007, para a realização dos estudos necessários e respectivos projectos.
4. ECO MUSEU DA ILHA DE S. JORGE – Dado o envolvimento publico do Governo Regional neste projecto, através da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e dada a importância deste projecto para a Ilha, causa-nos apreensão não estar contemplado na anteproposta de plano. Note-se que em termos de turismo cultural e de natureza, assegurará à Ilha uma oferta turística que a distinguirá das restantes.
5. LAR DE IDOSOS DA CALHETA – Atendendo a que o Lar João Inácio de Sousa, nas Velas, está neste momento sem capacidade para receber mais idosos, o Conselho entende que esta obra terá de ter prioridade sobre outras, da mesma natureza, em outras ilhas da Região.

Calheta S. Jorge 27 de Outubro de 2007

O Presidente do Conselho de Ilha

Manuel Gil Berquó Ávila

Conselho de Ilha das Flores

CONSELHO DE ILHA DAS FLORES
9970 Santa Cruz das Flores

Ex.mo Senhor:
Director Regional de Estudos e
Planeamento dos Açores
Caminhos do Meio, 58 – São Carlos
9701 -853 Angra Heroísmo

V/Ref.:

V/Data:

N/ Ref. /2006

N/ Data:2006-10-25

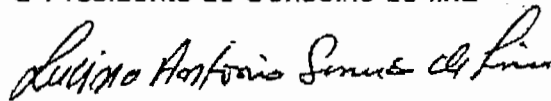
Assunto: Ante-Proposta do Plano Regional Anual para 2007.

Ex.mo Senhor;

Na sequência do ofício de V. Exa. de assunto acima referido, informo que o Conselho de Ilha reunido no passado dia 24 de Outubro emitiu o parecer favorável que se anexa referente à ante-proposta do Plano Regional anual para 2007.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Ilha



Lucino António Semião de Lima

DIRECÇÃO REGIONAL DE
ESTUDOS E PLANEAMENTO

Entrado em 26 de Outubro de 2006
Registo N.º 3311 Proc. N.º 3/14

CONSELHO DE ILHA DAS FLORES
9970 Santa Cruz Flores

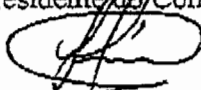
PARECER

O Conselho de Ilha das Flores reunido no passado dia 24 de Outubro de 2006 após analisar a anteproposta do Plano Regional anual para 2007, o memorando do Conselho de Ilha apresentado ao Governo Regional dos Açores, aquando da sua recente visita à Ilha das Flores e do comunicado do Conselho do Governo de 3 de Outubro de 2006.

Considerando ainda que obras importantes como a construção de um lar de Idosos, a construção de um núcleo de recreio náutico, a construção de um edifício polivalente, a reabilitação da cabeça do molhe do porto das Lajes, a construção de um edifício para a segurança social, a criação de uma biblioteca, a reabilitação da fabrica da baleia e a construção de um Hotel a continuação e reabilitação das estradas regionais e a construção de um ginnodesportivo, que entende serem investimentos que merecem realce, pese embora as comunicações e transportes não terem tido uma resposta positiva reconhecendo a sua complexidade e nalguns casos o seu âmbito extravasa as competências próprias do Governo Regional.

Deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à anteproposta do Plano Regional anual para 2007 exortando o Governo Regional dos Açores para que todos estes investimentos se concretizem de acordo com a sua programação, para satisfação dos justos anseios das nossas populações e para o progresso e desenvolvimento da nossa Ilha.

O Presidente do Conselho de Ilha



Lucino António Semião de Lima

Conselho de Ilha do Corvo



Conselho de ~~Ilha~~
9980-024 CORVO (AÇORES) -

Exmo. Sr. ou Sr.^a:
Secretário Regional Adjunto do Vice-
Presidente

Sua Referência	Sua Comunicação	Processo	Nossa Referência	Data
			Nº. 585	2006.10.25

ASSUNTO: Parecer sobre a Ante-Proposta do Plano Regional Anual para 2007

O Conselho de Ilha do reunido, na sua reunião ordinária de 24 de Outubro decidiu dar um parecer positivo à Ante-Proposta do Plano Anual para 2007.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Conselho de Ilha

Fernando António Mendonça de Fraga Pimentel

SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DO VICE-PRESIDENTE	
Entrado em	30 de Outubro de 2006
Registo Nº	3338 Proc. Nº 3/14



Câmara Municipal da Calheta
Gabinete do Presidente

**EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO
PERMANENTE DE ECONOMIA**

N/Refº
Of. Nº 1-122/06

Data
07.11.06

ASSUNTO: PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2007

Sobre o referenciado em assunto, encarrega-me o Senhor Presidente desta Fdildade, de comunicar a V. Exa., que a Câmara Municipal na sua reunião ordinária do dia 25 de Outubro, deliberou, por unanimidade, congratular-se com a ante proposta do Plano, bem como solicitar a inclusão de duas acções:

Estudo e Projecto do Porto do Topo;
Criação de Lar de Idosos no Concelho da Calheta.

Com os melhores cumprimentos

A CHEFE DE GABINETE

ANA MARIA BORBA ARMELIM

GAP/AA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3387 Proc. Nº 102
Data:	06 11 13 44/06